UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Mestrado em Serviço Social

A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: um programa de reinserção do acidentado no mercado de trabalho

MARIA ENEIDA PINTO GURGEL

Recife - Pe
2003

MARIA ENEIDA PINTO GURGEL

A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: um programa de reinserção do acidentado no mercado de trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da professora Dra. Anita Aline Albuquerque Costa.

Recife – Pe.
2003

Maria Eneida Pinto Gurgel

A Reabilitação Profissional: um programa de reinserção do acidentado no mercado de trabalho

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, pela Comissão formada pelos professores:

_____

Profª. Dra. Anita Aline Costa (Orientadora)
Pós-Graduação da UFPE – Pernambuco

_____

Profª. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira
Pós-Graduação da UFPE – Pernambuco

_____

Profª. Dra. Maria Helena de Paula Frota
Pós-Graduação da UECE – Ceará

AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas Milena e Maíra pelo apoio e compreensão.

À Professora e Orientadora Anita Aline por ter-me proporcionado condições de transpor obstáculos, a quem tributo exemplo de profissionalismo e dedicação.

Ao meu irmão Gervásio, que mesmo à distância, mas presente no pensamento, me fortaleceu com seu exemplo e coragem.

Às amigas Helena Frota e Sandra Melo meu agradecimento especial pela presença marcante nos momentos difíceis nesse processo de construção.

À minha irmã Eridan pela disponibilidade e apoio.

Às amigas Clara e Ana Ivete pela amizade e incentivo.

E por fim a todos os colegas que torceram por mim, meus sinceros agradecimentos.

“...pois ser um homem não significa ser simplesmente uma criatura esquecida pela vida de estímulos e agonias, ai presa divagando, posta em alegria e melancolia por ela; significa ser a criatura que enfrenta seu próprio destino e o da humanidade, um ser inabalável, isto é, alguém que assuma uma postura própria, que se firme sobre os próprios pés... O fato de que nossas vidas são determinadas pelas forças do destino é apenas um lado da verdade; o outro é que nós determinamos estas forças como destino”.

Ludwig Binswanger

LISTA DE SIGLAS

CAT	–	Comunicado de Acidente de Trabalho (formulário)
CIC	–	Centro Industrial do Ceará
CPA's	–	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CRP	–	Centro de Reabilitação Social
DATAPREV	–	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DRT	–	Delegacia Regional do Trabalho
IAPAS	–	Instituto de Previdência e Assistência Social
IAP's	–	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT	–	Instituto do Desenvolvimento do Trabalho
INSS	–	Instituto Nacional de Seguro Social
INPS	–	Instituto Nacional de Previdência Social
LER	–	Lesão por Esforços Repetitivos
LOPS	–	Lei Orgânica da Previdência Social
MPAS	–	Ministério da Previdência e Assistência Social
MTE	–	Ministério do Trabalho e Emprego
OTI	–	Organização Internacional do Trabalho
PEA	–	População Economicamente Ativa
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNEA	–	População Não Economicamente Ativa
RPS	–	Regulamento da Previdência Social
SAT	–	Seguro de Acidente do Trabalho
SINE	–	Serviço Nacional de Emprego
SUB	–	Sistema Único de Benefício
SUS	–	Sistema Único de Saúde
URP	–	Unidade de Referência Profissional

LISTA DE GRÁFICOS

			Pg
Gráfico 1	–	Evolução das Taxas de Ocupação – Fortaleza (1999 – 2001)	29
Gráfico 2	–	Evolução Mensal das Taxas de Desemprego – Fortaleza (1999 – 2001).	30
Gráfico 3	–	Taxa de Ocupação, por Sexo e Faixa Etária – Fortaleza (1999 – 2001).	32
Gráfico 4	–	Taxa de Ocupação e Desemprego, por Grau de Instrução – Fortaleza (1999 – 2001).	33
Gráfico 5	–	População Ocupada, por Subsetor de Atividade – Fortaleza (1999 – 2001).	34
Gráfico 6	–	Distribuição dos Reabilitados por Sexo	64
Gráfico 7	–	Distribuição dos Reabilitados por Faixa Etária.	64
Gráfico 8	–	Distribuição dos Reabilitados por Nível de Instrução.	65
Gráfico 9	–	Distribuição dos Reabilitados Quanto à Remuneração	65
Gráfico 10	–	Distribuição dos Reabilitados Quanto ao Retorno ao Trabalho	66

LISTA DE TABELAS

pg.

Tabela 1 – Acidentes de Trabalho Registrados, por Motivo, no Brasil (1999 – 2001). 47

Tabela 2 – Acidentes de Trabalho Registrados por Motivo, no Estado do Ceará (1999 – 2001). 48

Tabela 3 – Quantidade de Acidentes de Trabalho Registrados, por Grupo de Idade e Sexo, no Estado do Ceará (1999 – 2001). . 49

Tabela 4 – Registro de Invalidez Permanente e Óbito, por Acidente de trabalho, no Estado do Ceará. 50

Tabela 5 – Registro de Acidente de Trabalho, por Setor de Atividade Econômica, no Estado do Ceará (1999 – 2001). 51

Tabela 5 – Resultado do Programa de Reabilitação Profissional em Fortaleza-Ce (1999-2001) – Espécie = 91 (A.T.) 55

RESUMO

O estudo em apreço tem como escopo analisar a (re)inserção do trabalhador acidentado no mercado de trabalho, especificamente o egresso do "programa de reabilitação profissional" do INSS de Fortaleza – Ce, que tem como objetivo resgatar a capacidade laborativa do acidentado de trabalho, no processo reabilitatório em consonância com as ações da Previdência Social. O procedimento adotado no presente trabalho iniciou-se com uma reflexão teórico-histórica sobre o conceito de trabalho, suas transformações no mundo contemporâneo e suas implicações na vida do trabalhador. Tenta-se, assim, apreender o contexto em que o acidente de trabalho ocorre, bem como sua repercussão para o trabalhador. Alem disso, o objetivo principal foi desvendar de que forma se dá a reinserção do acidentado no mercado de trabalho. A metodologia utilizada destacou a abordagem qualitativa. Para efeito de interpretação dos dados, coletados através de entrevistas gravadas, lançamos mão da técnica de análise de conteúdo. A partir de tal procedimento, colhemos as categorias significativas à nossa temática: significado do trabalho; sociabilidade e esgarcamento social; expectativa; estigma e frustração; culpabilidade; receptividade, estratégia de sobrevivência e perspectivas. Os dados demonstraram que as políticas previdenciárias vigentes no País, não conseguem, mesmo após o processo reabilitatório, o seu objetivo, qual seja, reinserir o trabalhador acidentado no mercado formal de trabalho. Conseqüentemente não atende nem respeita os anseios de vida e trabalho dignos do acidentado.

ABSTRACT

The purpose of the study in question is to analyze the (re)insertion in the labor market of the worker who has been victim of labor accidents, and, specifically, those who have come from the “program of professional rehabilitation” developed by “INSS” (Social Security) in Fortaleza-Ce. The aim of this program is to recover the victim’s working capacity with the rehabilitating process which is in accordance with the actions of the “Previdência Social” (Social Security). The procedure adopted in this work began with a theoretical historical reflection about labor concept, its transformations in the contemporary world and its implications in the worker’s life. That was an attempt to apprehend the context in which the labor accident happens as well as its repercussion to the worker. Besides, our main purpose was to find out how the reinsertion of the labor accident civtim in the labor market occurs. The methodology used emphasized the qualitative approach. In order to interpret the data collected through recorded interviews the technique of contents analyses was used. Then the categories significant to our theme were collected: work significance; sociability and social fragmentation, expectation; stigma and frustration; culpability; receptivity; strategy of survival and expectations for the future. The data demonstrated that this country’s current policies of social security, even after the worker victim of labor accident in the formal labor market. Consequently it does not fulfill nor respect the worker’s wishes concerning life and work that the victim of labor accidents deserves.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS v
LISTA DE GRÁFICOS vi
LISTA DE TABELAS. vii
INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO 1
MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E INSTABILIDADE 14
1.1 As transformações do mundo do trabalho 14
1.2 O cenário de vulnerabilidade do mercado de trabalho no Brasil. 21
1.2.1 Dinâmica do mercado de trabalho em Fortaleza 26
CAPÍTULO 2
TRABALHO E ACIDENTE DE TRABALHO: SOBREVIVÊNCIA E RISCO 36
2.1 Acidente de trabalho: relação capital trabalho 36
2.2 A proteção legal do acidentado de trabalho no Brasil. 41
2.3 Acidentes de trabalho no Brasil e no Ceará 45
2.4 O Programa de Reabilitação Profissional no Brasil. 52
CAPÍTULO 3
TRABALHEI, ME ACIDENTEI: AGORA O QUE VOU FAZER? 57
3.1 Referência metodológica e apresentação dos dados empíricos da pesquisa. 60
3.1.1 Percurso metodológico da pesquisa. 60
3.1.2 Caracterização dos resultados 63
3.1.3 Análise dos depoimentos dos reabilitados 66
3.1.3.1 Significado do trabalho 67
3.1.3.2 Uma trajetória interrompida: reinserção no mercado de trabalho. 69
3.1.3.3 Expectativas: reabilitação a serviço de quem? 71
3.1.3.4 Sociabilidade e esgarçamento social. 72
3.1.3.5 Estigma e frustração 74
3.1.3.6 Culpa 76
3.1.3.7 Receptividade da empresa 78
3.1.3.8 Estratégias de sobrevivência. 82
3.1.3.9 Perspectivas de futuro. 84
CONSIDERAÇÕES FINAIS. 86

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura brasileira é marcada por um quadro de profunda crise econômica, social e política, que manifesta contradições irreconciliáveis. O processo denominado “reestruturação produtiva” é definido como uma nova forma de produzir, viabilizada pelos avanços tecnológicos e por novas formas de organização do trabalho. A principal conseqüência desse processo de transformação, pela sua repercussão social, é a precarização, com a redução dos postos de trabalho, o desemprego estrutural. À diminuição absoluta do emprego acrescenta-se o aumento de exigências de qualificação dos trabalhadores, reforçando a exclusão dos menos qualificados, dos menos escolarizados e/ou portadores de algum tipo de desvantagem biopsíquica.

Assim, a radicalidade e a intensidade das mudanças têm modificado o perfil do trabalhador, os determinantes de saúde-doença dos trabalhadores e as práticas de segurança no trabalho.

Para Freire, *“saúde do trabalhador manifesta-se no seu estado biopsiquico, e se relaciona com as condições materiais e sócio-políticas presentes no processo condições de trabalho e vida do trabalhador. [..] como um modo especifico de trabalhar-desgastar-se, de exploração e de resistência”* (2000, 168-170),

Neste contexto, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais refletem os agravos relacionados com as novas tecnologias, representando ruptura com o “mundo do trabalho”, que demarca a descontinuidade abrupta do ciclo produtivo.

A estimulante tarefa de escolher como temática de pesquisa, *A Reabilitação Profissional: um programa de reinserção do acidentado no mercado de trabalho*, surgiu a partir da experiência de trabalho da autora, durante 30 anos (1992 – 2002), como assistente social da Unidade de Reabilitação Profissional do INSS-Ce.

Ao longo deste percurso, muitas questões foram suscitadas, tais como:

- como acontece a reinserção do acidentado após a conclusão do programa de reabilitação profissional, no mercado de trabalho?
- a reabilitação profissional, de *per se*, assegura a reintegração do acidentado no mercado de trabalho?
- quais as formas de reinserção do indivíduo acidentado no interior da estrutura produtiva?
- quais os resultados efetivos do Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

A verdade é que, desde a implantação do Programa de Reabilitação (1971), ainda malgrado todas as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, poucos estudiosos trataram de dar maior sistematização à temática reinserção dos acidentados no mercado de trabalho, após processo reabilitatório.

Este trabalho constituiu-se, dessa forma, numa tentativa de se fazer esta reflexão sob o ponto de vista dos próprios sinistrados, confrontando os objetivos propostos pelo Programa de Reabilitação com o drama por eles vivenciados.

Para proceder à análise, tratamos de desenvolver o tema da seguinte forma: no capítulo 1, propomos compreender historicamente as várias transformações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade. Nesse contexto econômico e social, procuramos compreender os fenômenos do desemprego, precarização, a instalação da estabilidade e suas respectivas implicações para a sociedade.

No capítulo 2, procuramos aprofundar a relação entre capital e trabalho, porquanto o acidente não acontece desvinculado de um contexto, mas sim, há relação dialética entre a empresa e o trabalhador. Afora isso, apresentamos uma breve retrospectiva de proteção ao acidentado, bem como o Programa de Reabilitação Profissional, como agente intermediador da reinserção do reabilitado.

O capítulo 3 define os objetivos, a trajetória, a metodologia, o tipo de estudo, o encaminhamento da pesquisa, a seleção dos sujeitos entrevistados. Por

fim, trabalhamos os dados empíricos, os quais foram assim divididos: no primeiro momento, procuramos identificar algumas características dos usuários, tais como sexo, idade, rendimento e escolaridade; noutra ocasião analisamos os depoimentos colhidos, estabelecendo conexão entre as condições objetivas e subjetivas da realidade vivenciada pelos trabalhadores acidentados.

CAPÍTULO 1

MERCADO DE TRABALHO: DESEMPREGO E INSTABILIDADE

1.1 As transformações do mundo do trabalho

Segundo Harvey (1999), a construção e a desconstrução do capitalismo mundial contemporâneo redundam na flexibilização, e esta torna-se a palavra de ordem, denominada “reestruturação produtiva”, em contraposição à rigidez fordista, superficialmente situada como responsável pelas contradições inerentes ao capitalismo.

É nesse contexto que surge, para otimizar a acumulação do capital, o taylorismo, difundido sob a forma de organização científica do trabalho. Esse modelo busca, através da redefinição e introdução de métodos que atendam ao novo ritmo de trabalho, o conhecimento cronometrado de cada operação, a fragmentação das tarefas, a especialização do trabalhador, com o fim último de eliminar desperdício, ociosidade e reduzir o custo de produção.

Com o prolongamento desta forma de organização, surge, porém, outro modelo de administração produtiva – o fordismo, idealizado na produção em série, voltado para um mercado anônimo, passivo e ávido de consumo. Portanto, sua principal característica é tornar o trabalhador disciplinado, desenvolvendo mecanismo de controle de gastos, investindo na formação de um homem racional e prudente.

Para Teixeira (1996), o fordismo aprofunda a intensificação do lugar de trabalho taylorista por meio de cadeia semi-estruturada que integra numa mesma unidade os diferentes segmentos do trabalho e, através da atribuição de tarefas com o sistema de máquinas, retira do trabalho individual qualquer autonomia de trabalho. Essa produção caracterizou-se, portanto, *“pela mescla da produção em série fordista, com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida*

entre elaboração e execução" (ANTUNES, 2000:37).

No decorrer dos anos 1960, os modelos fordista e taylorista entraram em crise, incapazes de conter o avanço da estagnação, não sendo possível manter os salários em constante crescimento e a explosão do *"operário–massa parcela hegemônica do proletariado da era fordista/tayloristo"* (ANTUNES, 2000:40).

Harvey resumiu essas dificuldades em apenas uma palavra: "rigidez". Existia rigidez nos investimentos, nos sistemas de produção (em massa), que impediam a flexibilidade de planejamento nos mercados e nos contratos de trabalho.

Foi nesse contexto que a crise do padrão de acumulação taylorista/ fordista se expressou, como uma *"crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação"* (ANTUNES, 2000:47).

As mudanças que vêm ocorrendo nas práticas culturais e político-econômicas, principalmente a partir da década de 1970, estão diretamente ligadas às dificuldades econômicas e sociais, desencadeadas pela crise do Estado burguês do tipo *Welfare State*, característica do processo de acumulação fordista e de seu crescimento sustentado.

Mas este modelo começa a sentir os efeitos da crise na medida em que o modo de sua estruturação não consegue conter as contradições dentro do próprio capitalismo, impedindo a existência de certa mobilidade de acumulação. *"A elevadíssima mobilidade social espacial do capital quebra a espinha dorsal do regime central de acumulação e desarticula as sinergias econômicas e política [...]"* (SAMPAIO JÚNIOR, 1998:22).

Despontou um mercado eminentemente consumista e individualista, confirmando-se a inoperância da acumulação rígida, dando margem ao surgimento dos primeiros ímpetos de superação das contradições do modo de regulação fordista e a construção de relações de trabalho menos conflitivas. Surgiu o toyotismo ou "acumulação flexível", dotado de novas formas de tecnologia, um mercado da chamada Terceira Revolução Industrial.

Esta nova atmosfera social, nos primeiros anos da década de 1990 foi marcada pela transformação da maneira de produzir, descartando a antiga estrutura verticalizada e burocratizada, por uma estrutura de “produção flexível” que exige um trabalhador polivalente, com senso de equipe e comprometido com os ideais de organização do trabalho. Portanto é um modelo voltado para o crescimento que se apóia na horizontalização e exploração do trabalho vivo, na indiferenciação decorrente da divisão técnica do trabalho e no desemprego crescente.

Introduziu no mercado uma diversidade de conceitos e expressões que se propagam intensamente tais como: kanbam, just in time, flexibilização, subcontratação, terceirização, circulo de controle de produção – CQQs, qualidade total, biotecnologia, sindicalismo de empresa, entre outros, que criam condições para maior domínio de controle do trabalho sobre o capital. Dessa forma, o desenvolvimento situa o trabalhador num estado em que ele monitora e controla o desempenho dos demais trabalhadores.

A síntese dessas transformações se manifesta na conformação de um novo mundo do trabalho, dominado agora por uma diversidade de novas técnicas e métodos de organização dos processos de produção, seguidos por novas relações de trabalho, em que a superação da crise exigiu uma transformação radical na economia, para restabelecer as condições favoráveis à rentabilidade e à acumulação do capital.

Dentre essas mudanças, o sistema de flexibilização da produção supõe direitos de trabalho também “flexíveis” e uma menor intervenção estatal. Desse modo, o Estado experimenta um redimensionamento considerável, rompendo com a ação reguladora, diminuindo as responsabilidades sociais e retirando dos trabalhadores os direitos trabalhistas conquistados ao longo das décadas. Estes direitos, de acordo com os neoliberais, são incompatíveis com o aumento da lucratividade do capital necessário ao crescimento econômico das nações capitalistas.

No âmbito desse processo, podemos afirmar que a implantação do projeto neoliberal é parte mais ampla da reestruturação do capital que tem como base o fenômeno da globalização, se manifesta através da reorganização produtiva.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva têm acarretado entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo de trabalho, tais como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho,*"além de uma degradação que se amplia na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica sociétal, voltada prioritariamente para a produção de mercadoria e para a valorização de capital"* (ANTUNES, 1995:85).

Assim, é evidente que a *"globalização e a reestruturação se fazem numa ambiência que estimula a desregulamentação dos mercados e a privatização e, fundamentalmente, sugere que os Estados nacionais estejam livres de planejar, de intervir, enfim de agir como tal, pois tudo é determinado de fora, pela competitividade internacional"* (CARLEIAL, 1997:23).

Estas redefinições nas relações entre as diversas economias redundam na formação de vários blocos econômicos, que formam entre si um mercado único para a circulação de mercadorias. Os países capitalistas que participam da economia global enfrentam o problema do desemprego como uma conseqüência necessária de produtividade. Por outro lado, os países centrais participam da globalização de maneira subalterna, combinando o desemprego decorrente do atraso histórico com o desemprego estrutural proveniente da modernização dos seus processos produtivos. Trata-se de um crescimento sem emprego e, portanto, sem desenvolvimento social.

Segundo Dupas:

> *De fato, a produção atual de acumulação de capital na era da tecnologia de informação vem transformando de forma dramática o conceito de ocupação. Está se formando, com efeito, um novo paradigma de emprego mais flexível, precário, desprovido de estabilidade associados a produção convencional. Em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego desempenha um papel central não somente no que se refere a obtenção de renda como na integração social do individuo e na própria formação de identidade pessoal a mudança de produção tem causado perplexidade* (2000:16).

Nesse novo rumo, *"a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países"* (SINGER, 2003:21).

Acirrando a concorrência internacional, coloca para os países periféricos uma nova problemática na medida em que, ao oferecer um mercado atraente para os investimentos externos, indispensáveis ao seu crescimento econômico, acabam agravando as desigualdades sociais, decorrentes do encolhimento do Estado em suas funções sociais.

Assistiu-se, nesta virada do século XX para o século XXI, a mundialização em seu apogeu, uma internacionalização da produção do capital, que objetiva a distribuição mundial do valor da riqueza, atrevés de um sistema privilegiado de redes. Com isso, o capital financeiro se fortalece à medida que é preciso redistribuir a mais-valia em direção dos detentores de rendas suscetíveis de consumi-la. Mas, como a mais-valia é antes de tudo uma relação social, uma relação contraditória, expressa na luta do capital para dominar o trabalho, essas transformações econômicas exigem, necessariamente, novas formas de exploração capazes de adequar o trabalhador às novas exigências.

Esta nova transformação social é determinada pela transformação da maneira de produzir, descartando a antiga estrutura verticalizada e burocratizada e substituindo-a, por uma estrutura flexível que exige um trabalhador polivalente e multifuncional, com senso de equipe e comprometimento com os ideais da organização do trabalho.

Segundo Antunes,

> *Estas mutações criaram, portanto, uma classe de trabalhadores fragmentada e mais complexificada, dividida entre os trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos paises e dos trabalhadores, da nova divisão internacional do trabalho* (2000:41).

O capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento ultrapassam fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos, transformando a vida dos indivíduos e suas relações.

Esse novo modelo de sociedade, que alguns autores preferem chamar de “sociedade pós-moderna”, promove mudanças nos valores dos indivíduos que nela

vivem, os quais são transformados em objetos, em mercadorias, e, como todos eles, têm seu valor atribuído pelo mercado capitalista.

A primeira conseqüência dramática desta nova situação é o crescimento da exclusão dos trabalhadores não qualificados e as exigências de qualificação que surgiram com a reestruturação produtiva.

Para Del Pio *"a formação profissional tem sido vista como uma resposta estratégica, mas polêmica, dos problemas postos pela globalização econômica, pela busca de qualidade e de competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural"* (2001:77).

A partir da interpretação de Del Pio, acrescentamos que, acentuando a acumulação flexível, está a marca característica da reestruturação do capital na atualidade; aumentando a produtividade do trabalho, esta se faz acompanhar da tendência à diminuição da necessidade da força de trabalho e da exclusão de muitos, favorecendo a imposição de salário, de condições de trabalho mais "lucrativas" para o capital, tornando desnecessário um perfil de qualificação mais elevado do trabalhador.

Contudo, não deve causar surpresa a tendência de justificar a exigência de elevada qualificação da mão-de-obra como peça de um discurso que difunde a idéia de que a culpa pela não-obtenção de empregos cabe aos detentores da força de trabalho, que têm baixa escolaridade e não se prepararam profissionalmente para as novas condições de produção, e, ao sistema educacional em todos os níveis, por não estar estruturado para atender às necessidades postas pelo mercado de trabalho, pela competitividade internacional.

Castel adverte que *"estatisticamente falando, as 'baixas qualificações' fornecem os maiores contingentes de desempregados. Mas esta correlação não implica uma relação direta com o emprego"* (1999:520).

Outro aspecto a ser considerado na economia atual *"é a diminuição dos empregos estáveis. Em conseqüência, sugere-se que, daqui em diante, cada um terá que aprender também a 'se virar', e que não poderá mais confiar nas regulamentações e nem contar mais com as medidas de proteção criadas pelo*

Welfare State" (SALM,1998:234).

Para Singer,

> *O emprego estável só será, assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades.Ao redor deste núcleo estável gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificado e, portanto, substituíveis* (2003:25.26).

O desemprego na atualidade tem se intensificado e diversificado e, como uma pandemia, ele se alastra no mundo. Como a decadência do *boom* fordista e o desenvolvimento das forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização, foram também estabelecidas novas condições irreversíveis de rentabilidade, nas quais começou a se manifestar pela primeira vez o limite lógico inerente ao movimento de exploração da força de trabalho. O desemprego em massa, que primeiro apareceu temporariamente durante a crise mundial, torna-se um problema da sociedade mundial.

A negação de oportunidade de inserção do trabalhador no "novo mundo do trabalho", ou seja, o emprego, tem sido motivo de sofrimento e de penar para quem, por uma série de motivos, não retorna ao mercado de trabalho. O enfrentamento da competitividade de trabalho, onde aqueles mais ágeis, versáteis, têm maiores oportunidades no mercado, dificulta cada vez mais a colocação do trabalhador, pois as novas profissões criadas pelas altas tecnologias exigem especializações e alta qualificação.

Esta movimentação mundial e a mudança na forma de produção têm como uma de suas características o aumento do setor de serviços. Este sofre os efeitos da reestruturação da economia, na medida em que a lógica do capitalismo está presente em todos os setores. Ademais, com a expansão do setor de serviços, entram no cenário das transformações a terceirização, em todos os setores produtivos, compondo os serviços de apoio, e trazendo consigo uma série de conseqüências negativas para a classe trabalhadora, contribuindo para a precarização das condições de trabalho.

De acordo com Leite (1994), os estudos constatam que os benefícios

sociais dos trabalhadores de empresas terceiras são menores do que as vigentes nas empresas clientes; que os salários praticados nas empresas terceiras são inferiores aos das contratantes; que a ausência de equipamento de segurança individual é bem mais notada nas empresas terceirizadas; e que, além disso, em alguns casos, ocorre que os trabalhadores das terceiras cumprem jornadas de trabalho mais extensas, possuírem menor qualificação e são contratados ilegalmente, ou seja, sem registro em carteira. Esses argumentos são complementados por Carleial (1997:22), os *"mecanismos de externalização/ terceirização, adotados pelas grandes empresas, produzem uma 'migração' da sua capacidade produtiva para médias e pequenas firmas e estimulam a proliferação de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício e de trabalhadores em domicilio"*.

Em resumo, essas transformações manifestam-se na conformação de um novo mundo do trabalho, implicando uma crescente precarização do trabalho, do emprego, das condições de vida e saúde dos trabalhadores.

1.2 O cenário da vulnerabilidade do mercado de trabalho no Brasil

A transposição desse quadro do mundo desenvolvido para o Brasil, onde o desenvolvimento tecnológico se deu com uma década de atraso, nos remete a explicitar alguns traços históricos pertinentes ao seu desenvolvimento socioeconômico.

Historicamente, no Brasil, o desenvolvimento econômico foi marcado por profundos laços de dependência, inserindo-se na história das sociedades ocidentais a partir da expansão do modo de produção capitalista europeu, como fornecedor de matéria-prima, inicialmente para Portugal e depois para a Inglaterra. O esgotamento do modelo agroexportador no final dos anos 1920 coincidiu com a grande crise do capitalismo internacional. Nesse contexto, frações hegemônicas da classe dominante decidiram pela inserção do País no contexto da industrialização, possibilitada pela acumulação oriunda da cafeicultura. A inserção se deu já sob formas de subordinação e perdura até os dias atuais.

Seguindo essa linha de argumentação, Iamamoto aponta as principais

características desse processo.

> *O moderno se constrói por meio do "arcaico", recriando nossa herança histórica patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto de mediatização do capital sob a hegemonia financeira [...]. As marcas históricas persistentes ao serem atualizadas se repõem modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, no mesmo tempo que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos [...]. Tais desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas mas coetaneamente articuladas, atribuindo uma marca histórica particular à formação social do país* (IAMAMOTO, 2001:101-102).

A partir da segunda metade dos anos 1950, esgota-se o chamado modelo de substituição de importações, período denominado de industrialização restringida, e se inicia a industrialização pesada, responsável pela mudança no padrão de acumulação vigente no Brasil. O País possuía fatores peculiares relevantes tais como a manutenção do latifúndio, o autoritarismo do Estado e a década marcada pela ditadura militar, que mantinha profunda concentração de renda, enquanto uma parcela ínfima de trabalhador era integrada ao mercado de trabalho.

Segundo Mota (1995), durante o período que se estendeu ate 1961, vivenciamos um movimento de redefinição e desenvolvimento de acumulação, responsáveis pela efetivação da industrialização brasileira nos moldes tipicamente capitalistas. Mas, foi nas décadas de 1970/80 que o chamado "milagre econômico" serviu de ponte para a concentração e centralização do capital, com a industrialização direcionada para o atendimento de uma parcela elitizada de consumidores internos e às crescentes demandas externas. Foi ainda nessa década que o referido "milagre brasileiro" começa a apresentar debilidade e ineficácia de resultados, o que obrigou o repensar do modelo econômico de desenvolvimento no País. Nesse período, a proporção de empregados em firmas passou de 41,7% para 52,2%, o trabalhador autônomo caiu de 33,8% para 25,2% e a mão-de-obra não remunerada de 9,9% para 5,3% (SINGER, 2003).

Essa crise é descrita por Teixeira (1996) como a nova (des)ordem internacional que nasceu em 1973 e impôs um cenário de desordem e instabilidade, no contexto de uma profunda revolução tecnológica e com a instauração plena de um mercado global. A partir de então, as relações de trabalho foram diferentes.

Mota, assim interpreta esse período

> *[...] esses fatos não impedem a constatação de que os anos 70, no Brasil foram um período de expansão e crescimento econômico, produzido por significativas mudanças na estrutura produtiva, na formação do mercado de trabalho e na infra-estrutura urbana. Ao longo da década, o país, construiu um parque industrial significativo integrado à economia internacional. Todavia, o saldo dessa modernização conservadora foi o aumento da concentração de renda, a pauperização da maioria da população e a precarização das condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores* (1965:61).

No final dos anos 1970 e inicio de 1980, originaram-se as primeiras propostas de implantação dos centros de controle de qualidade (CCQs). Contudo, não havia, por parte das empresas, maiores preocupações com a organização do trabalho ou com a aquisição de equipamentos novos, no intuito de modernizar suas estruturas de produção.

Foi, porém, a partir da década de 90 a reestruturação se consolidou no Brasil, com a implantação nas empresas de estratégias organizacionais e novas formas da gestão de mão-de-obra, investindo na modernização; aderindo aos programas de qualidade total, terceirização e reengenharia.

Para Matoso,

> *Manter-se nos estreitos limites do mercado de trabalho e aceitar pacificamente a inexistência de políticas alternativas, como se todos os países reagissem em uníssono à nova ordem, constitui uma versão do fim da história. Neste caso, aos trabalhadores, às empresas e às nações não restaria outras alternativas senão, adaptarem-se e subordinarem-se acriticamente a este processo e apenas buscarem políticas sociais e/ou do mercado de trabalho adaptativas exclusivamente compensatórias* (1994:29).

Podemos afirmar que a implantação dos processos produtivos de organização do trabalho, no Brasil, ocorreram de forma restrita e isolada, em razão da postura autoritária e de desvalorização do trabalho assumida pela classe empresarial brasileira.

> *Com efeito, baseado em forte autoritarismo, o gerenciamento da mão de obra caracterizava-se pela extrema parcelização de tarefas, pelo uso excessivo de mão-de-obra não qualificada, por altas taxas de rotatividade, pela adoção de complexas estruturas de cargos e salários, voltadas para estabelecer a divisão e o controle dos trabalhadores* (LEITE, 1996:56).

Contraditoriamente, o progresso técnico, quando aumentou a produtividade do trabalho, se fez acompanhar da tendência à diminuição das necessidades da força de trabalho e da exclusão de muitos. Hoje, temos uma massa descartada por não ter "utilidade econômica". *"Mesmo que todos se transformassem em engenheiros, cientistas ou pesquisadores, não haveria vagas para absorvê-los"* (SPOSATI,1996).

A conquista de espaços no mercado "mundializado" atribuiu às empresas um bom nível de competitividade e, conseqüentemente, maior taxa de lucros. Leite (1999) reforça mais alguns aspectos desse período, comentando:

> *Diferentemente dos momentos anteriores, em que inovar significava para muitas empresas comprar equipamentos e/ou induzir "pacotes" programas organizacionais ou de motivação, que eram implantados em setores da empresa (...) passamos a encontrar um conjunto cada vez maior de empresas em processo de profunda reestruturação a partir de uma decisão da diretoria (...). Esses esforços de reestruturação mais integrados se manifestam a partir da introdução de algum tipo de Programa de Qualidade Total* (1994:574).

Nas empresas, se efetivam a adoção de estratégias organizacionais e novas formas da gestão de mão-de-obra, em decorrência do acirramento da crise e conseqüente diminuição do mercado interno. A terceirização passou a ser utilizada como estratégia originária na política de qualidade e como instrumento de redução drástica dos custos. Essas estratégias de qualidade impactam sobre o mundo do trabalho de forma perversa, com tendência à exclusão do trabalhador do processo produtivo.

O efeito da mudança estrutural no mercado, nos anos 1990, traz consigo duas novas grandes questões: a redução da pressão do trabalhador sobre o capital e o fenômeno de exclusão social. Ambos referem-se, entretanto, às duas faces de uma mesma moeda: o desemprego.

Toda a realidade de insegurança do trabalho na atual década tem provocado dois movimentos simultâneos: por um lado, o daqueles que não conseguem colocação no mercado formal e vão para a informalidade, por outro, o daqueles que são excluídos do setor formal. Estes movimentos caminham no sentido de fortalecer a tese de que, na situação brasileira, mais do que a criação de empregos, que deve ser uma preocupação das políticas governamentais, a

qualidade dos empregos em função da reestruturação produtiva deve situar-se como prioridade fundamental.

Portanto, a precarização das relações de trabalho tem refletido especialmente na informalização do trabalho. A economia desloca o capital excedente no setor de produção de bens e possibilita a modernização do setor de serviços, ampliando a força de trabalho descartável, flutuante e subcontratada, através das terceirizações, provocando a expansão dos baixos salários e a superexploração.

Esta realidade permite, inclusive, a recriação de formas antigas de exploração convivendo com a modernização tecnológica, pois, em relação a esses trabalhadores subcontratados, há um retrocesso em razão do seu grau de dependência e maior fragilização. Este constitui um aspecto dos mais destrutivos da construção, justificado pela crise geral e competitividade do mercado, legitimado pela desigualdade no interior da classe trabalhadora.

Assim, outra abordagem que vem se tornado comum é que o desemprego é um reflexo do inevitável aumento de produtividade e necessário ajustamento da economia brasileira. Porém, não se costuma complementar esse raciocínio afirmando que os desempregos causados por aumentos de produtividade podem ser solucionados com o crescimento da produção de um país.

Em outras palavras, de acordo com Pochmann,

> *O desemprego seria uma variável dependente da reação da sociedade ante o fenômeno histórico da subutilização do trabalho. Se identificada a existência de um conjunto de ações coordenadas e articuladas pelas políticas macroeconômicas, pelo paradigma técnico- produtivo, pelas políticas de bem-estar social, pelo sistema de relações de trabalho e pelas políticas de emprego pode haver o uso pleno da força de trabalho* (1999:110).

Nesse movimento, os trabalhadores vão assumindo novas responsabilidades, o que resulta na ampliação do desgaste físico do trabalhador, crescendo o exército de mutilados e de mortos prematuramente.

1.2.1 Dinâmica do mercado de trabalho em Fortaleza.

As manifestações específicas, da complexidade do mercado de trabalho em Fortaleza esta articulada à lógica e à dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Isto significa dizer que, como metrópole estadual localizada em uma das regiões mais atrasadas do Brasil, não é apenas o retrato das chamadas disparidades regionais ao nível puramente econômico, mas principalmente é um reflexo, em miniatura agudizada, das contradições de uma sociedade de classes excludentes; haja vista seus bolsões de riqueza claramente perceptíveis, em contraste com amplos e alarmantes focos de pobreza e marginalização.

O Município de Fortaleza, inserido, subordinadamente na divisão inter-regional do trabalho, marcado por fortes mutações conjunturais e estruturais, reproduz essas contradições socioeconômicas no mercado de trabalho local que tende, conseqüentemente, a espelhar em sua paisagem urbana toda a complexidade do (des)emprego e do subemprego.

Algumas tendências se firmaram, confirmando a integração da economia brasileira e de transição demográfica, numa sociedade de classe e numa economia compostas por setores produtivos, ramos de atividade e regiões geo-econômicas diferentes. A elevação do desemprego, a redução da ocupação, o crescimento dos inativos e a expansão do setor informal mostram um quadro de precarização do mercado de trabalho.

Embora essa realidade especifica seja articulada a uma dinâmica global, cujo eixo está na base econômica da produção e reprodução da economia de mercado, para captar essas especificidade, deve-se partir da premissa de que cada realidade tem características particulares, representadas no plano do universo socioeconômico, por classes sociais, relações de trabalho e estruturas produtivas diferenciadas.

Assim é que, numa economia como a do Estado do Ceará, a incorporação de métodos de produção, ao contrário do que aconteceu em outros centros da industria brasileira, não foi decorrente de uma resistência dos trabalhadores, mas resultado de aspirações especificas de grupos empresariais locais que contestavam

as formas tradicionais de dominação política, configuradas em entraves para o crescimento econômico político e social do Estado. A partir desse contexto, não podemos deixar de reaver historicamente, em breves colocações, a penetração das relações capitalistas no Ceará.

Esse quadro é objeto de um rearranjo substantivo a partir da segunda metade do século XIX, pois, mormente na década de 1860, encontramos significativos estímulos de acumulação nos moldes capitalistas. O fato mais auspicioso para a economia cearense nessa década foi a procura inglesa pelo algodão nordestino provocada pela desorganização da economia americana, maior fornecedora dessa matéria-prima para a indústria têxtil inglesa. Quando a economia americana se recuperou os ingleses se voltaram para lá, deixando no Ceará o aparecimento de um excedente que a nascente burguesia local industrializava. A implantação da primeira fabrica de fiação e tecelagem do Ceará ocorreu ainda no século XIX, em Fortaleza, e outras foram surgindo. Em 1931 já havia indústrias de calçados, curtume, óleos vegetais, cigarro, sabão e cerâmica. Segundo Farias (1997), já havia surgido no cenário histórico uma classe social bem definida, a trabalhadora, formada por operários, ferroviários, comerciários e artesãos.

Essas considerações são importantes para entender a industrialização no Ceará e sua entrada na reestruturação produtiva, marcada pela disputa do poder político que se encontrava sob o domínio dos “coronéis”. Na opinião de Teixeira, mesmo antes da retirada do poder político,

> *... das mãos dos coronéis, já se faziam notar a presença de casos isolados de modernização de gestão empresarial. Entretanto, é forçoso reconhecer que este progresso só ganhou impulso a partir do momento em que o Ceará é levado à condição de paradigma de administração moderna para o país* (1996:14).

Nos anos 1970, um grupo com o ideário modernizador apresentou à sociedade um projeto propondo a ruptura com o atraso econômico, social e político, arraigado a uma antiga cultura essencialmente conservadora e clientelista. Surgiu, então, entre eles a idéia de criar um “pacto de cooperação”, movimento de parceria que se iniciou entre os empresários e o Governo do Estado, em 1987, com o objetivo de repensar e reestruturar a economia cearense para que ela pudesse se adequar com sucesso ao novo cenário mundial.

Os teóricos do “pacto de cooperação” entendiam que tanto no setor publico como no privado o paradigma taylorista-fordista representava conceitos ultrapassados substituídos por métodos de organização do trabalho renovador. O “pacto de cooperação” nascia para responder às novas exigências de desenvolvimento que não mais poderia ser entendida dentro de uma administração taylorista-fordista (TEIXEIRA, 1999).

O Ceará encontra-se, hoje, aplicando políticas públicas bem diferentes daquelas implantadas pelo “coronelismo” de 30 anos atrás, até porque houve todo um redirecionamento das posições e ações políticas em todo o País. Mas a política cearense apresenta uma consistente singularidade, pois sua história recente funde-se com o movimento de renovação da administração do Centro Industrial do Ceará – CIC, uma associação que congrega as forças industriais do Estado e direciona boa parte das práticas e das políticas industriais. Para a última geração de líderes, na maioria composta por filhos de grandes industriais, a influência política indireta ou delegada, característica do passado, passou a ser direta, consistente e efetiva.

O contexto atual apresenta empresários que aguçaram o vigor político-partidário, oferecendo ao Ceará uma experiência de renascimento político, que se pretende exemplar, tanto para o Nordeste como para o Brasil (MATOS, ALCÂNTARA & DUMMAR, 1999).

Assim, o Ceará se transformou, empurrado pela mão do "pacto de cooperação", numa economia que busca sintonia com o novo cenário mundial, aberto pela globalização da economia. Partindo de uma visão holística da sociedade,as lideranças do "pacto cooperação" adotam a crença de que o Ceará desenvolvido, moderno, é uma possibilidade real (TEIXEIRA, 1999:34).

Neste contexto, nos últimos cinco anos, mais de 500 empresas chegaram ao Estado e já são milhares de trabalhadores recém-alçados da condição de rural para a conjuntura de operários, desconhecendo os riscos à saúde, inerentes tanto ao modelo anterior quanto ao novo modo de produção, ocupando postos de trabalho sem qualquer garantia. A maioria das empresas instaladas assume regimes administrativos peculiares, com predomínio do cooperativismo , da terceirização e de prestação de serviço.

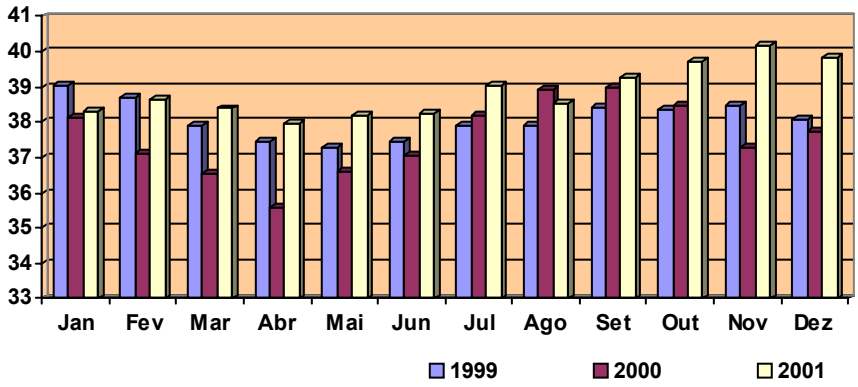
A direção dos processos políticos e o consentimento da classe para empreender mudanças transformam-se nos novos baluartes de ações dominantes na atual conjuntura.

Trazendo a problemática para as manifestações especificas do mercado de trabalho de Fortaleza, *locus* de inserção de nossos entrevistados, este mostra as contradições próprias de um desenvolvimento tardio, marcado pelas particularidades da formação econômico-social do País, as quais podem ser vistas na Capital, onde o desenvolvimento das forças produtivas, da industrialização e da urbanização se faz apresentando o desemprego como uma realidade notória que impõe aos vendedores da força de trabalho o desafio de descobrir formas opcionais de sobrevivência.

Analisando a reestruturação produtiva, nas relações de trabalho no Estado do Ceará, passaremos a enfocar os impactos desta no mercado de trabalho de Fortaleza.

De acordo com a conceituação do SINE/IDT, a população economicamente ativa (PEA) é o subgrupo da população em idade ativa (com no mínimo 10 anos) integrado pelas pessoas que desenvolvem alguma atividade de forma continua e regular ou, por não estarem ocupadas, encontram-se procurando trabalho através de medidas concretas de procura, incluindo-se o exercício de trabalho precário. Esta população, conjunção de ocupados e desempregados, correspondia em 1999 a 43,66% e em 2001 a 46,41% da população em idade ativa residente em Fortaleza.

Gráfico 1
Evolução das Taxas de Ocupação
Fortaleza (1999 - 2001)



Fonte: IDT

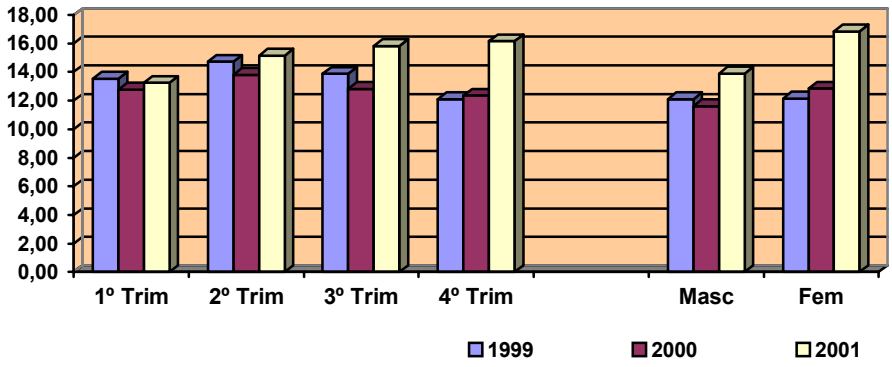
O nível de ocupação da força de trabalho de Fortaleza (Gráfico 1), ao

longo de 2000, apresentou um declínio até abril (35,59%); elevou-se de maio até set./00 (39,00%), voltando a declinar no bimestre out.-nov./00, quando alcançou a taxa de 37,30%, o que corresponde, em termos absolutos, a 719.149 pessoas ocupadas. A despeito dessas oscilações, o nível de ocupação em 2000 foi inferior ao observado durante o ano de 1999. Muito embora possa se constatar uma ligeira recuperação da taxa de ocupação em dez./00, quando alcançou o patamar de 37,72%, com 727.368 pessoas ocupadas, esta recuperação, no entanto, não superou o nível de ocupação registrado no mês de dezembro de anos anteriores, tomando-se como referencia o ano de 1999.

A **população ocupada** é composta por pessoas que detêm o trabalho regular ou que, mesmo não tendo trabalho, têm uma ocupação da qual se encontram temporariamente afastadas por motivo de férias, licença etc. Há flutuação, na população ocupada, ao longo dos anos em decorrência de fatores sazonais, oscilações na conjuntura econômica, mas não se verifica uma ampliação mais consistente das oportunidades de trabalho, porquanto o ritmo de atividade econômica tem se mostrado incompatível com esse propósito.

O segmento da **população ocupada no setor informal** é constituído pelos assalariados sem carteira assinada, autônomos (exceto profissionais liberais), pequenos empregadores, trabalhadores familiares ou membros de família sem remuneração, e empregadas domésticas sem carteira assinada, correspondia a 54,02% da população total em 1999 para 51,95% em 2001 equivalente a 400.572 empregados.

Gráfico 2
Evolução Mensal das Taxas de Desemprego
Fortaleza (1999 - 2001)



Fonte: IDT

O Gráfico 2 revela os indicadores do mercado de trabalho, tomando como referência o ano de 1999 a 2001. A partir dessa ilustração, pode-se observar que o desemprego aparece como uma realidade preocupante, representando uma parcela significativa da população economicamente ativa (PEA), a qual vem passando por uma subalternização ou precarização do trabalho. Observa-se ainda que, na medida em que diminui o trabalho estável, aumenta o número de trabalhadores precários, parciais, temporários, desprovidos de quaisquer garantias sociais.

Em dezembro de 1999, 94.803 pessoas (12,12% da PEA) encontravam-se em desemprego aberto em Fortaleza, ou seja, não estavam exercendo nenhuma atividade e pressionavam o mercado de trabalho através de medidas concretas de procura. Destas pessoas, 79.748 (10,40% da PEA) tinham experiência anterior, deixaram de trabalhar por motivos quaisquer e se encontram novamente à procura de trabalho, cauterizando o que se chama de **desemprego aberto cessante.** Por sua vez, o **desemprego aberto não cessante,** composto por aqueles que nunca trabalharam e estavam à procura do primeiro trabalho, era representado por 15.055 pessoas (2,14% da PEA) no referido período.

Um total de 108.068 pessoas, ou 13,59% da população economicamente ativa, para 169.990 em 2001, forma o conjunto de pessoas em **desemprego total** (18.07% da PEA), ou seja, totalizado por todos os tipos de pessoas desempregadas – desemprego aberto e variantes do desemprego oculto, tais como o trabalho precário.

A **população não economicamente ativa** (PNEA), integrada pela **população em idade ativa** (PIA) que não está realizando nenhum trabalho, correspondia em 1999 a 56,34% (n = 1.007.970) e em 2001 a 52,49% (n = 1.034.981).

Esses dados revelam a instabilidade do mercado de trabalho local, onde a ocupação informal e as diferentes formas de desemprego superam o trabalho formal, incapaz de garantir a sobrevivência e a estabilidade ao trabalhador e à sua família, que passam a enfrentar inúmeros problemas provenientes da ausência de renda que, por sua vez, provém do trabalho.

O fenômeno da precariedade do trabalho esta presente de forma visível,

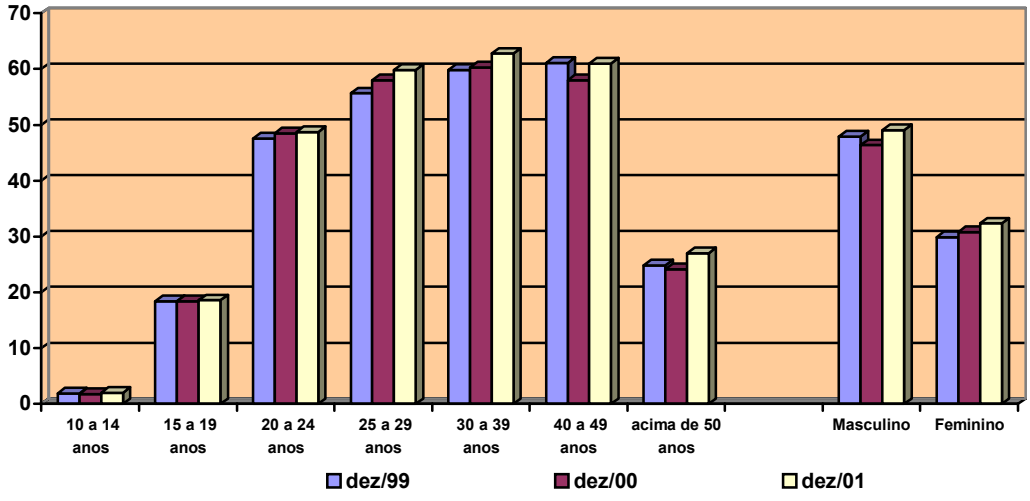
observando-se um encolhimento da ocupação e uma ampliação do desemprego, diante de um mercado de trabalho retraído, incapaz de garantir emprego para todos; no caso do acidentado, o acesso ao mercado de trabalho é bastante problemático, uma vez que no mundo do trabalho, hoje competitivo, aqueles mais versáteis têm maiores oportunidades.

Partindo-se de algumas considerações sobre Fortaleza, observaremos o perfil de mão-de-obra, segundo as variáveis sociais, tais como sexo, faixa etária, grau de instrução e qualificação profissional.

A **população economicamente ativa (PEA)** de Fortaleza, conforme dados do censo demográfico – IBGE em 1999, era de 788.052 e em 2001, 956.698 pessoas de sua população total. Verifica-se que houve um crescimento significativo na oferta de mão-de-obra masculina, passando de 391.992 em 1999 para 419.540 em 2001 contra 351.552 mulheres em Fortaleza neste último ano.

No que se refere ao sexo, a dinâmica do mercado de trabalho tem penalizado com maior intensidade os homens, que, segundo o SINE/IDT, foram mais atingidos pelas demissões do que as mulheres, cuja inserção no mercado de trabalho tem sido uma das estratégias de sobrevivência da renda familiar, quando do afastamento do homem do mercado de trabalho.

Gráfico 3
Taxa de Ocupação, por Sexo e Faixa Etária
Fortaleza (1999 - 2001)

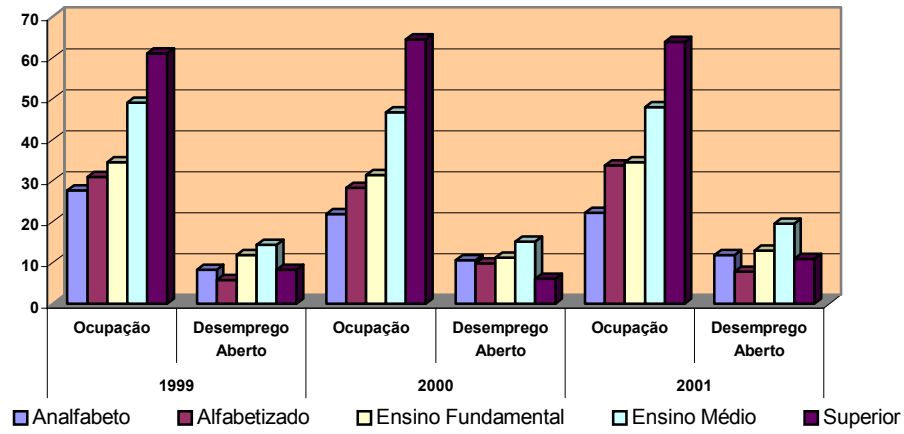


Fonte: IDT

As informações sobre ocupação por sexo e faixa etária, contidas no Gráfico 3, apontam maior participação do homem tanto na ocupação quanto no desemprego, mostrando ainda em que faixa etária são mais atingidos.

O perfil etário da força de trabalho apresentou maior concentração nas faixas de 20 a 49 anos; os de idade que vai de 10 a 19 anos e de 50 anos ou mais são responsáveis pelos menores índices de ocupação e desemprego.

Gráfico 4
Taxa de Ocupação e Desemprego, por Grau de Instrução
Fortaleza (1999 - 2001)



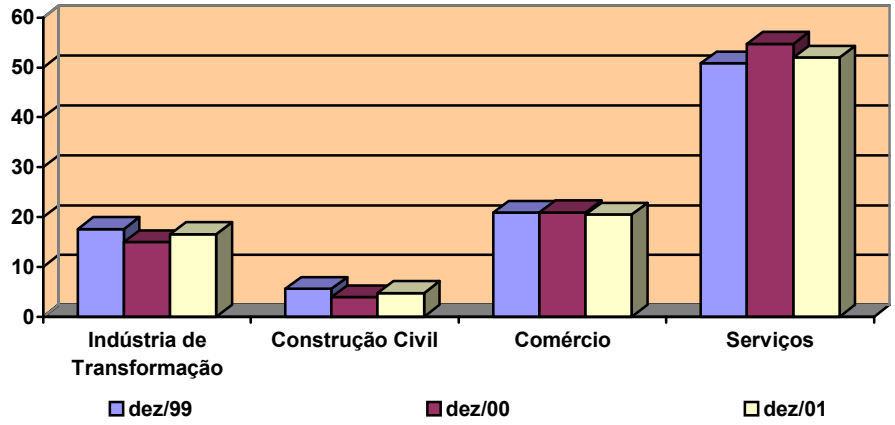
Fonte: IDT

Quanto à escolaridade, conforme o Gráfico 4, a atenção maior deve ser dada àqueles de ensino fundamental e médio que constituem os maiores contingentes tanto de ocupação quanto de desemprego, pois, como já nos referimos, as inovações tecnológicas fazem com que o mercado tecnológico absorva o trabalhador especializado, dificultando cada vez mais a colocação do profissional pouco qualificado. A instrução passou a ser um elemento vital para os candidatos ao mercado de trabalho, o que representa mais uma dificuldade para os que sofreram acidentes de trabalho, pois, além do acréscimo das “novas exigências”, estão em desvantagem funcional.

No que concerne ao comportamento do mercado de trabalho em Fortaleza, segundo o Gráfico 5, de indicadores de atividade econômica, foi constatado que em 2001, a oferta de serviços profissionais (não-mercância) foi a atividade econômica que mais emprego gerou, seguido do comércio de bens. A construção civil foi a única onde as demissões superaram as admissões. Neste

setor, foram contabilizados, em 2001, 2.017 admissões e 2.374 desligamentos, propiciando um saldo de emprego negativo de (– 357) postos de trabalho.

Gráfico 5
População Ocupada, por Subsetor de Atividade
Fortaleza (2000-2001)



Fonte: IDT

Os dados apontam para o fato de que, na sociedade capitalista, de inserção no mercado de trabalho está diretamente relacionada às condições materiais de existência do ser humano. Precarização de trabalho e sobretudo desemprego significam a diminuição da qualidade de vida.

Segundo Dupas (1999), o novo paradigma das relações de trabalho mais flexível, precário e desprovido dos direitos sociais, não só exclui grande número de trabalhadores do mercado formal de trabalho, como os situa à margem da sociedade.

As transformações societárias excluíram milhares de pessoas da atividade trabalhista e, conseqüentemente, tiraram-lhe os acessos a um padrão de vida capaz de lhe garantir um mínimo de bem estar.

> *A primeira premissa de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, é que os homens se encontrem para fazer a história, em condições de poder viver. Pois bem, para viver faz falta - antes de tudo comida , bebida, moradia e roupa. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios indispensáveis para satisfação destas necessidades, ou seja, a produção material mesma, e não cabe duvida de que este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a historia, que como hoje ou há mil anos se necessita cumprir todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens* (MARX in CODO,1993:73).

Os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho podem constituir um expressivo indicador das condições de absorção do trabalhador cearense. Urge converte maiores parcelas de trabalho a esses assalariados.

CAPÍTULO 2

TRABALHO E ACIDENTE DE TRABALHO: SOBREVIVÊNCIA E RISCO

2.1 Acidente de trabalho: relação capital trabalho

O trabalho sempre evoluiu como forma de interação do homem com a natureza, ao buscar a satisfação de suas necessidades. Assim, o homem constrói e modifica o homem, mas para Marx,

> *...Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza; um processo que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de aproximar-se da matéria natural como forma útil para sua própria vida. Ele desenvolve as potencias nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio* (1985:149).

A lógica da organização do sistema de produção determina se as ações do homem no ato de construir o mundo permitem, também, a construção de si próprio sem lhe mutilar as características físicas.

Entendemos, pois, que no ato de transformação da natureza o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana. A partir do trabalho no seu cotidiano, o homem torna-se ser social, diferente de outras formas não-humanas. Sua realização, como ser social, acontece através da produção e reprodução, ato social efetivado pelo trabalho. Para Marx (1985:78) *"a atividade vital consciente do homem o distingue imediatamente do animal, justamente por isso ele (o homem) é um ser pertencente a uma espécie. Ou melhor é um ser consciente"*.

Esta diferenciação surge na capacidade teleológica do ser social, ou seja *"a capacidade do homem projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho"* (IAMAMOTO, 2001:40).

Assim sendo, a discussão da antecipação do resultado ideal que pretende

obter se manifesta também como uma produção de conceitos, hipóteses, teorias com as quais o homem conhece a realidade. Nessa relação dialética, seu comportamento passa a ser redimensionado pelo trabalho e pela relação com o objeto produzido.

Marx (1985) enfatiza que o trabalho se revela como caráter universal da atividade humana na medida em que objetiva a transformação da natureza de acordo com suas necessidades de sobrevivência. O trabalhador, por ser carente dos meios necessários a sua subsistência, aliena a própria força de trabalho para sobreviver.

Destarte, o trabalho vem se modificando, passando de uma atividade de subsistência a uma atividade produtora de economia. Esta nova organização revela os reflexos econômicos, sociais e subjetivos do trabalho e suas repercussões incomensuráveis para os trabalhadores.

No início do trabalho civilizatório, o homem tinha uma relação direta com a natureza, partindo da atividade predatória, evoluiu para agricultura e pastoreio, alcançou a fase do artesanato e mais tarde a era industrial. Com o desenvolvimento da indústria, surgiram novas fontes de danos e lesões, envolvendo formas de exploração do trabalho.

Uma visão retrospectiva na literatura específica encontra estudo de alguns autores relacionados à segurança do trabalho, que descrevem sobre moléstias decorrentes da ação laboral.

As sociedades antigas já conviviam com o malefício que o desempenho de algumas atividades provoca no ser humano. Rouquayrol (1983), em seus estudos sobre saúde do trabalhador, refere ter encontrado na história do Egito referências ao que hoje se chama doença de trabalho. Hipócrates, quatro séculos antes de Cristo, em seus escritos *Ares, Águas e Lugares*, fez menção à existência de moléstias entre os mineiros e metalúrgicos. Johannes Schneider Agrícola (1494 – 1566), médico, teólogo e historiador alemão, em seu livro *De Re Metallica*, descreveu as péssimas condições de trabalho nas minas de Cárpatos, com alto índice de mortalidade, que levava as viúvas dos mineradores a casarem até sete vezes com homens do mesmo

Ofício (MICHEL, 2000:25).

Em 1770, segundo Michel (2000), Ramazzini publicou na Itália o livro *De Morbis Artificum Diatriba* (As doenças dos trabalhadores). Nessa obra, o autor descreve aproximadamente cem profissões e os riscos inerentes a cada uma. Portanto, nas sociedades mais antigas, o homem já era apenado pelos acidentes enquanto trabalhava para promover a sua sobrevivência.

A atual configuração do mundo do trabalho caracteriza-se pela complexidade de sua divisão social; diferente do que ocorreu nos séculos XVIII e XIX, quando a Revolução Industrial mudou o panorama da forma organizacional do trabalho. A introdução da máquina redefiniu ofícios, significando, essa etapa, segundo Martinelle, *"o momento crucial de surgimento e ascensão do capitalismo industrial"* (1999:26).

Com o advento da primeira Revolução industrial, além dos problemas associados diretamente à porção técnica do trabalho, o homem passou a conviver com problemas ligados a mudanças sociais, as quais ele não previu, como: aumento populacional e concentração demográfica nas grandes cidades; aperfeiçoamento das tecnologias industriais, tendo os trabalhadores de se adaptarem e aprenderem a manusear a nova tecnologia. Portanto a introdução da máquina elevou as possibilidades quantitativas de riscos de acidentes. Como diz Giddens (2000:15) *"o risco está intimamente associado à inovação"*; na verdade a força da máquina tornou o trabalho mais perigoso, com conseqüência danosa ao corpo do trabalhador.

A aurora da tecnologia, enfim, chegou com o advento das fábricas nos centros urbanos europeus, porém com severas conseqüências à *"saúde e integridade física dos trabalhadores, devido às condições em que executaram seu trabalho"* (COSTA,1981:83).

As máquinas potencializam o trabalho humano e diminuiam o dispêndio de energias físicas e mentais do indivíduo. A revolução que mecanizava cada vez mais a produção tinha a utopia da retirada do homem das condições adversas e estafantes. Mas, na prática, propiciava o contrário, sucateava, explorava e mutilava a mão-de-obra.

Possas (1989:87) afirma que *"o desgaste do corpo gera patologias específicas para cada tipo de atividade profissional, além dos diferentes tipos de acidentes de trabalho"*.

O trabalho vem se modificando ao longo dos anos, passando por transformações tecnológicas e organizacionais. A sociedade hodierna vive um paradoxo, com o impacto da revolução cientifico-tecnológica, a introdução de máquinas mais complexas, a robótica, o ritmo frenético do trabalho e a automação dos processos produtivos, todavia isso não deve significar somente vantagens para o capital, implica também a deterioração das relações e condições de trabalho e vida.

As instituições e organizações políticas, sociais e econômicas ajustam-se a um novo estádio de desenvolvimento, onde o progresso da modernidade ortodoxa é substituído pela modernidade da flexibilização – reestruturação produtiva, que tem modificado substancialmente o perfil do trabalhador com a fragmentação das tarefas, maximização da qualidade em relação ao trabalho, sendo criados vários padrões que refletem diretamente nos tipos de acidente de trabalho. A revolução tecnológica tem propiciado a redução de alguns fatores de risco ocupacional, tornado o trabalho em alguns setores da atividade econômica menos perigoso, porém surgindo outros riscos gerados pelo trabalho, a que se dá o nome de doenças profissionais ou ergopatias. Estas equiparam-se ao acidente do trabalho e, às vezes, requerem tempo de latência longo, por exemplo, os casos de trabalhadores expostos ao benzeno acometidos de leucemia ou os expostos a poeira sílica que contraem câncer de pulmão etc.

Portanto, os acidentes de trabalho apresentam uma dinâmica particular, que não se esgotam em termos individuais e sim no contexto das relações de produção capitalista e da própria acumulação de capital. Para analisá-los, se fez necessário explicitar os pontos conceituais relacionados aos agravos e à saúde dos trabalhadores.

O conceito de acidente de trabalho tem sido expresso em diferentes enunciados, de acordo com o Regulamento da Previdência Social – RPS:

> *Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa como empregado ou trabalhador avulso, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Decreto nº 2.172, de 05 mar. 1997).*

Incluem-se, também, na categoria de acidente de trabalho, aqueles ocorridos fora do local e hora normal de trabalho; as doenças profissionais produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e os que decorrem de causas humanas e ambientais, interconectadas, em "atos inseguros" e em "condições inseguras".

Podemos então compreender que o acidente de trabalho não finda em uma lesão física, pois o seu entendimento deverá ser amplo, considerado como um fenômeno social, legal e econômico.

O trabalho por si, não ocasiona o acidente. É necessário que algo ocorra para que haja sua concretização. Essa é a teoria legal que fundamenta o discurso do "risco profissional". Para Dela Coleta (1991), o risco profissional se complementa com a teoria da responsabilidade objetiva, que atribui a culpa do acidente ao trabalhador. Vários autores ilustram esta tese da "culpa", titulando-a de "consciência" culposa, ou seja, a forma como é repassada para o trabalhador a noção de que os acidentes são causados por sua responsabilidade.

A "consciência culposa" está tão difundida na sociedade, que os trabalhadores já nem questionam a condição de culpados, que podem resultar em perdas de membros do corpo, mutilações e até mesmo a própria vida.

A legislação acidentária ainda se fundamenta na doutrina do risco profissional, garantindo assistência social mínima ao acidentado, mas perversa, à medida que isenta o empregador em reparar os danos resultantes na violação do direito personalíssimo do individuo, que tem na sua capacidade de trabalho a garantia única de reconhecimento social como cidadão.

Segundo afirma Maria Lúcia da Silva (1990),

> *O problema dos riscos ocupacionais e suas conseqüentes doenças, não têm no Brasil merecido a atenção que lhe é de direito, apenas de ações concretas, ainda que isoladas, no sentido de supressão das condições de*

> *trabalho que oferecem risco a saúde humana. Percebeu-se que através de modificações no ambiente de trabalho, fixação de limites de tolerância para exposição a agentes agressivos e utilização de equipamentos de proteção individuais e coletivos, houve mudança substancial de mentalidade ao optar-se pelas vantagens da prevenção* (Silva, 1990:).

O conteúdo da legislação brasileira de proteção ao trabalhador é articulado através do Estado à segurança do capital, entretanto, como diz Faleiros:

> *...o Estado, em razão da sua articulação com o processo de acumulação, intervem estrategicamente na garantia das relações sociais de exploração capitalista, embora construa compromissos historicamente determinado de prestação de serviços e benefícios aos trabalhadores. As relações de exploração, por sua vez são mantidas pela difusão da ideologia de que não são desiguais, desvantajosas, mas contratuais* (1999:285).

Desta forma, as leis sobre acidentes de trabalho foram surgindo, sendo alteradas e adaptadas em função do desenvolvimento industrial e das modificações na produção.

2.2 A proteção legal do acidentado de trabalho no Brasil

A legislação acidentária foi implantada na esteira da Revolução Industrial, e alcançou expressivo desenvolvimento sobretudo nos paises industrializados. A primeira iniciativa se deu na Alemanha, quando o Parlamento aprovou a Lei de Seguro Doença e em seguida a Lei do Seguro Acidente (1884) e a Lei do Seguro Invalidez e Velhice (1889). De iniciativa do chanceler Otto Von Bismark. Essas leis eram fruto de reivindicações imputadas ao governo do Império Alemão, através de pressões políticas e sociais exercidas pelos trabalhadores daquele país, e das ações do Partido Democrata Social, que aquele momento, vivia na clandestinidade.

A reflexão analítica sobre o sistema previdenciário brasileiro, ao longo de sua história guarda relação com o movimento estrutural e conjuntural de cada momento histórico da sociedade. Expresso em suas diversas políticas econômicas, tem se legitimado em defesa da proteção ao trabalhador, ora alargando ora refluindo seus benefícios.

A organização da previdência no Brasil remonta a 1888, quando foi criada a Caixa de Socorros para os empregados da Estrada de Ferro do Estado, depois, em 1889, foi a vez dos funcionários da Imprensa Nacional criarem seu Fundo de

Pensão. E posteriormente os sindicatos, os quais eram livres e autônomos sem qualquer vínculo com o Estado.

Vale ressaltar, que em todas as nações do mundo as primeiras preocupações com a legislação social ser deram no campo do acidente de trabalho. E o Brasil não fugiu a essa regra.

O percurso histórico da legislação de proteção ao acidentado, na sociedade brasileira data de 1904, quando o primeiro projeto de regulamentação de acidentes de trabalho foi apresentado ao parlamento pelo deputado Medeiros de Albuquerque. Em 1915, Adolfo Gordo apresentou outro projeto, que, após várias modificações, se tornou lei. É a primeira legislação de âmbito nacional editada no Brasil, embora só tenha entrado em vigor após muito debate. A lei de 1919, como afirma Faleiros,

> *estabelece o regime de indenização para os trabalhadores, como forma de compensação das perdas e danos causadas pelos acidentes de trabalho. Essa 'compensação', essa 'proteção' dos mais 'fracos' refletem a ideologia liberal do discurso político da época e da Constituição Republicana de 1891* (1999:19).

Em 1919 foi criada também a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a missão de intensificar a justiça social no mundo, melhorar as condições de trabalho e promover o bem-estar dos trabalhadores. As primeiras medidas da OIT, objetivaram limitar a extensão da jornada de trabalho e do desemprego, proteger a maternidade e o trabalho noturno das mulheres, e idade mínima para a admissão no trabalho.

Nessa trajetória, o marco inicial da Previdência Social no Brasil foi a promulgação da Lei Eloy Chaves (1923), que determina a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's) para os empregados em empresas ferroviárias. A partir de então esse regime se estendeu às categorias mais organizadas e importantes política e economicamente, como os empregados de serviços telegráficos e radiográficos, os dos serviços de luz e bonde, os portuários, os aeroviários. Em 1927, segundo Cartaxo *"já existiam 138 CAP's no Brasil"* (1955:60).

As CAP's, inspirada inicialmente no modelo alemão bismarkiano – que o Estado e toda sociedade deveriam arcar com o financiamento de proteção no

trabalho. Esta concepção funda o sistema de financiamento tripartite da previdência, com a contribuição do empregado, empregador e do Estado, em partes iguais.

Com o desenvolvimento industrial alcançando o progresso em todas as etapas de produção e em todos os setores produtivos, paralelo a esse desenvolvimento, elevam-se o índice de acidentes de trabalho e as dificuldades com as medidas de prevenção.

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, a legislação foi modificada e em 1934 surgiu a segunda lei, alterada em 1944, apresentando modificações profundas, dando os primeiros passos de uma política de reinserção do trabalhador acidentado no sistema produtivo.

Com o golpe de 1964, a situação política do País mergulhado na ditadura militar, que logra impedir a organização, mobilização e expressão de luta dos trabalhadores, favorecendo o "tratamento técnico", ou seja, a preocupação com a segurança do trabalho entra em cena, dada a impossibilidade se negar as estatísticas alarmantes que mostravam a magnitude do problema. É expressa através da implementação de normas e equipamentos de proteção, que localizam no trabalhador o "foco" causador de acidentes, e, portanto, centralizam-se no trabalhador os estudos para a solução do impasse. O tratamento técnico restringe o âmbito da questão à Engenharia e à Medicina do Trabalho, subtraindo os aspectos relativos às condições de trabalho, conseguindo, assim, escamotear os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos.

Na segunda metade da década de 1970, assiste-se, porém, o desgaste do padrão de acumulação capitalista vigente, como mencionamos no primeiro capítulo desta dissertação, sendo também uma crise política que vai corroendo os alicerces da ditadura militar, e, por conseguinte, suas possibilidades de conter e delimitar a luta de classes. Nos finais dos anos 1970, o movimento operário ressurgiu, passando da resistência à ofensiva, expressa tanto na questão salarial como na preocupação e percepção dos trabalhadores com a segurança do trabalho, fato que surgiu nas pautas de reivindicações do próprio movimento e dos sindicatos revitalizados.

Verifica-se, por conseguinte, que, na busca de reprodução da força de trabalho, a legislação acidentária apresenta aspectos contraditórios. De 1976 a 1978, ao mesmo tempo que restringe os benefícios da previdência, desenvolve e amplia a política de prevenção..

Segundo Faleiros (1999:235-7):

,

> *Com as leis de 1976 (previdência social) e de 1977 (prevenção), confirma-se a articulação de um complexo sócio-cultural estabelecido pelo governo autoritário-arbitrário visando as políticas de retorna ao trabalho, aumento de produtividade, diminuição dos custos da previdência, diminuição dos custos da produção passando pela profissionalização da prevenção*.

A abertura da democracia, referente à década de 1980, marcada pela transição política, econômica e social, abre perspectivas para a participação popular, que vislumbra a possibilidade de atuação do controle social em vários cenários, principalmente na saúde do trabalhador.

A Constituição de 1988, embora tenha sido alvo de criticas do movimento dos trabalhadores, trouxe grandes mudanças, principalmente no campo da proteção social, graças às lutas e reivindicações dos setores combativos da sociedade. No art 71, prescreve: *"O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência"*

Observa-se que a legislação acidentária, prevalecendo a doutrina do risco social, garante a assistência social mínima ao acidentado. São devidos ao acidentado assegurado, independentemente de carência, os seguintes benefícios: auxílio-doença acidentário, aposentadoria por invalidez, pensão acidentaria e auxílio-acidente.

O Regulamento da Previdência Social define acidente de trabalho como:

> *Art. 152. O auxílio acidente será concedido, como indenização ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza ou de acidente do trabalho, resultar seqüela definitiva que implique em redução da capacidade laborativa ou impossibilidade de desempenho da atividade que exercia a época do acidente. O valor mensal do auxílio, corresponderá a cinqüenta por cento do salário de beneficio que seu origem ao auxilio doença acidentário do segurado, sendo garantido ao segurado estando ou não empregado* (Decreto nº 2171/97).

Desta forma, as mudanças tecnológicas e os novos princípios da

organização capitalista do trabalho apontam para novos paradigmas produtivos e fazem surgir diferentes formas de trabalho, entendendo os nexos entre desenvolvimento tecnológico e científico, organização do trabalho, acidente de trabalho e legislação trabalhista. É o inicio de uma luta contra o estigma da sociedade e da própria família; uma peleja pela sobrevivência que caminha junto ao movimento pela recuperação, pela readaptação, enfim, pela reinserção da pessoa acidentada ao mercado de trabalho.

2.3 Acidentes de trabalho no Brasil e no Ceará

O número de acidentes do trabalho notificados no Brasil nas últimas décadas tem declinado significativamente. Em parte, isso decorre de números irreais, resultados "maquiados", dados incompletos, sonegação de informações emitidas pelas empresas. Temos de convir, no entanto, que as mudanças ocorridas na economia, a partir dos anos 1970, tendo como resultado a redução quantitativa dos postos de trabalho, e conseqüentemente a redução da oferta de emprego formal, têm contribuído para a redução observada no número de acidentes de trabalho, haja vista o ingresso crescente de trabalhadores no setor informal.

Além disso, as inovações tecnológicas têm contribuído para o "declínio" dos acidentes de trabalho, pois, *"na medida em que cortam pessoal da produção e da cadeia hierarquizada, as empresas preocupam-se em investir mais em educação, treinamento e proteção para os empregados..."* (TEIXEIRA, 1996:139).

As estatísticas mais recentes indicam que a expectativa de vida do trabalhador brasileiro aumentou, de 65 anos no início da década de 1980, passando para 72 anos ao final da década de 1990, e os números de acidentes de trabalho, como o de membros corporais perdidos em máquinas, diminuíram em até 30% (ABU-EL-HAJ, 1999).

Na legislação brasileira, a CAT representa a oficialização do sinistro, porém, esta condicionada ao vínculo, abrangendo assim apenas uma parcela da População Economicamente Ativa – PEA. Não são registrados os acidentes dos que atuam na informalidade.

Afora estes aspectos, há uma tendência de subnotificação de acidentes, nos casos em que não se faz necessário o afastamento do trabalhador de suas atividades laborativas, contribuindo para omitir o real número de acidentes. Com isso, perdem os empresários que não sabem se seus investimentos na área de saúde e segurança estão dando retorno; desaproveitam os trabalhadores, que não conseguem dimensionar seus reais sofrimentos; perde o governo cujos programas voltados para a saúde do trabalhador são efetivados em bases pouco consistentes, produzindo resultados aquém do desejado.

Segundo, as disposições gerais da RPS,

> *...para fins estatísticos e epidemiológicos a empresa deverá comunicar à Previdência Social o acidente ocorrido com o segurado empregado, exceto o domestico, o trabalhador avulso, o segurado especial e o medico residente, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato a autoridade sob pena de multa* (Decreto 3452/00).

As empresas insistem em não cumprir tal dispositivo da lei e, ao burlarem informações, especialmente nos casos leves, impedem a geração de estatísticas mais realistas e dificultam a operação das informações nos bancos de dados. É um fator que participa da suposta diminuição dos acidentes de trabalho.

Para Faleiros,

> *considera-se quem mesmo incompleta e manipuladora as estatísticas sobre acidente de trabalho provocam um grande impacto na opinião publica. Os dados publicados pelo INSS mostram a ponta de um iceberg referente às condições de trabalho extremamente desfavoráveis ao trabalhador no processo de acumulação capitalista brasileiro* (1999.202-203).

Vale ressaltar que a previdência social tem se esforçado para originar dados fidedignos, menos incompletos, com a informatização do sistema, ensejando uma leitura correta das peculiaridades a respeito de informações sobre o acidente de trabalho. Assim definiu o registro dos acidentes:

a) acidente registrado – corresponde ao número de acidentes cujos processos foram abertos administrativa e tecnicamente pelo INSS;

b) acidente típico – decorrente da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado;

c) acidente de trajeto – ocorre no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa; e

d) doença do trabalho – ocasionada por qualquer tipo de doença profissional particular a determinado ramo de atividade constante da tabela da Previdência Social.

A evolução da incidência de acidentes de trabalho nas últimas décadas revela uma tendência decrescente no decorrer dos anos 1990, atribuídos à redução do trabalho formal e à subnotificação de acidentes de menor gravidade.

Binder (1996) inclui como hipóteses explicativas de mudança de perfil nos registros brasileiros de acidente de trabalho: mudança nas características da população trabalhadora, incremento das atividades do setor terciário, atuação mais enérgica da fiscalização pelo setor público, introdução de tecnologias de processo e de organização administrativa, crescimento do desemprego e do setor informal.

TABELA 1

Acidentes de Trabalho Registrados, por Motivo, no Brasil (1999-2001)

MOTIVO	Sexo	1999	2000	2001	Total
TÍPICO	Masculino	270.741	251.380	233.133	755.254
	Feminino	55.047	63.578	50.060	168.685
	Ignorado	616	8	-	624
	TOTAL	326.404	314.966	283.193	924.563
TRAJETO	Masculino	26.088	27.620	27.240	80.948
	Feminino	11.397	11.679	11.742	34.818
	Ignorado	28	2	-	30
	TOTAL	37.513	39.301	38.982	115.796
DOENÇA DE TRABALHO	Masculino	12.688	9.972	9.682	32.342
	Feminino	11.202	9.633	8.788	29.623
	Ignorado	13	-	-	13
	TOTAL	23.903	19.605	18.470	61.978
	TOTAL GERAL				1.102.337

Fonte: DATAPREV – CAT 2002

De acordo com a Tabela 1, no Brasil nos anos de 1999 a 2001 foi de 1.102.337 acidentes, registrados através das CAT's. Tais dados refletem o drama dos trabalhadores vitimados pela supervalorização do capital em detrimento do homem

Estatísticas recentes indicam que as alterações socioeconômicas, como variação nos níveis de industrialização do produto interno bruto (PIB) *per capita* e ainda o deslocamento da mão-de-obra do setor secundário para o terciário, proporcionaram a redução da ocorrência de acidentes de trabalho no Brasil, consoante relatos.

Conforme indicam os dados (Tabela 1), as doenças do trabalho "diminuíram" nestes últimos anos, passando de 23.903 em 1999 para 18.470 em 2001, fato que causa estranheza, se formos considerar o rigor técnico dos diagnósticos, principalmente no tocante à LER, que vêm tomando proporções epidêmicas no País, como a doença da Modernidade.

A partir das considerações sobre o problema da acidentalidade no Brasil, destacamos o panorama local dos acidentes de trabalho referentes ao Estado do Ceará, nos anos retromencionados, fornecidos pela DATAPVEV, onde realizamos nossa investigação exploratória. Observando os registros da Tabela 2, vê-se que os números de acidentes típicos estão menores se comparados os de 1999 com 73,42% (n = 3.623) aos de 2001 com 73,11% (n = 2.488) dos acidentes. Quanto aos acidentes de trajeto, em 1999 eram de 9,3% (n = 623) e foram para 19,02% (n = 647) em 2001. Em relação às doenças do trabalho, tivemos uma diminuição de 7,87% em 2001 contra 9,3% em 1999.

TABELA 2

Acidentes de Trabalho Registrados, por Motivo, no Estado do Ceará (1999 – 2001)

Ano	Total	Típico	%	Trajeto	%	Doença de Trabalho	%
1999	3.623	2.660	73,42	623	17,20	340	9,38
2000	3.589	2.762	76,95	637	17,75	200	5,57
2001	3.403	2.488	73,11	647	19,02	268	7,87

Fonte: DATAPREV – CAT 2002

Quanto aos acidentes de trajeto, hipoteticamente consideramos que a crescente está relacionada aos setores de serviços prestados, principalmente em decorrência do surgimento de uma categoria profissional no mundo do trabalho, os motobois e/ou os mototaxistas vitimados diariamente por acidentes no trânsito, conforme noticiários, concorrendo, assim, com o crescente aumento de acidentes de trajeto.

As doenças de trabalho diminuíram nestes últimos anos, passando de 340 em 1999 para 268 casos em 2001. Isto não faz sentido, se for considerado o aperfeiçoamento do diagnóstico no tocante às lesões por esforços repetitivos – LER, que vêm tomando proporções epidêmicas no País, principalmente, junto às atividades de intermediação financeira.

TABELA 3

Quantidade de Acidentes de Trabalho Registrados, por Grupo de Idade e Sexo, no Estado do Ceará (1999-2001)

Ano	Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
1999	Até 19 anos	82	20	102
	De 20 a 29 anos	1.122	195	1.317
	De 30 a 39 anos	925	200	1.125
	De 40 a 49 anos	614	142	756
	≥ 50	275	52	327
	TOTAL	3.018	609	3.627
2000	Até 19 anos	79	27	106
	De 20 a 29 anos	1.083	220	1.303
	De 30 a 39 anos	913	230	1.143
	De 40 a 49 anos	593	141	734
	≥ 50	232	34	266
	TOTAL	2.900	652	3.552
2001	Até 19 anos	50	25	75
	De 20 a 29 anos	965	262	1.227
	De 30 a 39 anos	876	218	1.094
	De 40 a 49 anos	556	157	713
	≥ 50	241	53	294
	TOTAL	2688	715	3.403

Fonte: DATAPREV – CAT 2002

Outro indicativo de acidente baseia-se no contingente segundo a faixa etária mais a variável sexo, conforme mostra a Tabela 3. O grupo com maior número de acidentes registrado no decorrer dos anos apurados se encontra na idade entre 20 e 29 anos, em sua maioria do sexo masculino.

Em segundo lugar, representando 25,5% do total geral, encontra-se a faixa etária de 30 a 39 anos.

Segundo os dados do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), no Estado do Ceará, nos anos de 1999 a 2001, 7.920 trabalhadores foram aposentados por invalidez permanente e, no mesmo período, 808 foram a óbito.

Os acidentes de trabalho e a morte por acidente, ocorrem, assim, com maior freqüência entre os indivíduos na idade produtiva, participantes da População Economicamente Ativa. O problema revela-se de suma importância. Segundo Silva (1999), estamos enfrentando dois grandes indicadores que expressam a qualidade de vida da classe trabalhadora: a morte prematura e os anos potenciais de vida produtiva perdidos.

TABELA 4

Registro de Invalidez Permanente e Óbito por Acidente de Trabalho, no Estado do Ceará (1999 – 2001)

Ano	Total	Invalidez Permanente	Óbito
1999	3.000	2;660	340
2000	2.972	2.772	200
2001	2.756	2.488	268
TOTAL	8.728	7.920	808

Fonte: Pesquisa direta

Com base na tabela 5, que aponta os diversos setores de atividade econômica, verificamos que a maior quantidade de acidentes de trabalho ficou com a indústria têxtil, com 656 ocorrências em 2000, e em 2001, a construção civil, com 304 ocorrências. Em relação à construção civil, os principais problemas estão

relacionados às quedas e fraturas, segundo pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM (2000).

TABELA 5

Registro de Acidente de Trabalho, por Setor de Atividade Econômica, no Estado do Ceará

(2000 – 2001)

Grupos	Empregos		Acidentes		Incidência		Óbito		Mortalidade	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Indústria Têxtil	16746	16.182	656	242	3,92	1,50	1	0	5,97	0,00
Indústria da Construção	35717	28.150	260	304	0,73	1,08	3	10	8,40	35,02
Indústria Couro	29.125	29.302	256	201	0,88	0,69	2	0	6,87	0,00
Indústria de Alimentos	29.721	26.723	253	285	0,85	1,07	2	3	6,73	11,23
Prestação de Serviços	46.560	51.447	208	210	0,45	0,41	3	0	6,44	5,83
Transportes Terrestres	19.506	19.120	179	171	0,92	0,89	2	4	10,25	1,00
Atacadistas e Intermediários	16.242	14.410	77	76	0,47	0,53	2	0	12,31	0,00
Vidro, Cimento e Cerâmica	7.505	6.657	66	89	0,88	1,34	1	1	13,32	11,02
Indústria de Vestuário	31.930	30.560	46	49	0,14	0,16	0	0	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa direta

Os dados sugerem que as condições de trabalho não melhoraram no que tange à provocação de acidentes graves e mortes. A política de proteção e segurança no trabalho ainda é restrita a leis, portarias e normas que nem sempre encontram viabilidade na prática, apesar de sua importância.

Faz-se urgente implementar ações que despertem uma "consciência prevencionista" no empregador em prol das mudanças necessárias à melhoria das condições de trabalho.

Para Dela Coleta,

> *Só é possível o processo de segurança e prevenção de acidentes do trabalho dentro da empresa moderna, com uma atividade cooperativa entre os diversos segmentos que compõem, classificando-a não como uma reivindicação dos trabalhadores, uma concessão do empresário, ou uma imposição do governo, mas como a necessidade de qualquer sistema produtivo, como direito de todo ser humano que se dedica ao trabalho* (1991:125).

O indivíduo acidentado apresenta não apenas perdas de caráter morfológico (anatômico) e fisiológico enquanto acometido de inabilidade para execução de suas atividades laborais, estas refletirão não só diretamente na perda de recursos, mas também perdas de natureza subjetiva com implicações nas relações sociais, incidindo também na atividade produtiva. Portanto, o entendimento sobre o acidente de trabalho requer sua consideração não como fato isolado que diz respeito ao individuo, ao acidentado, mas ao coletivo dimensionado pelas suas implicações sociais, econômicas e legais.

2.4 O Programa de Reabilitação Profissional no Brasil

Construindo a historia da reabilitação profissional, verificamos que no século XIX já havia interesse pelo assunto:

> *No Brasil, as preocupações governamentais em torno dos deficientes remontam à época do império quando, por determinação de D.Pedro II foram criados um imperial instituto para meninos cegos: (Decreto Imperial nº 1428, de 12 de Setembro de 1854), atualmente denominado instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos oficializado pela lei nº 939 de 26 de Setembro de 1957, sob a denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos* (CBCISS – nº 4, 1979:2).

Como implícito em sua denominação, a reabilitação profissional corresponde a uma reformulação do conceito de saúde no âmbito da previdência social, que não se limita às condições de equilíbrio fisiológico, ultrapassando o limite da patologia ao focalizar o individuo em seus aspectos físico, psíquico e social.

Avançando na história e analisando a legislação brasileira, constatamos que a reabilitação profissional se fez presente no País à época em que os institutos e caixas de aposentadorias e pensões (IAPs), foram autorizados a organizar a prestação do serviço, que era dispensado pelas caixas operárias, atendendo a

necessidade de reduzir o grande numero de aposentadorias por invalidez.

Hoje, a reabilitação profissional consta dos objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, especificamente citados nos incisos III e IV do artigo 203 da Constituição Federal. Ficam assim ampliado o direito à reabilitação, assegurado a quem dele precisa, independentemente de contribuição à seguridade social; ou seja, é garantida a extensão do atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, com ou sem vinculo com a previdência social.

Os primeiros centros de reabilitação profissional foram implantados, através de uma consulta prévia, com critérios básicos para a escolha das cidades de interesse para funcionamento das unidades. Esses critérios foram os seguintes: número de beneficiários da previdência que justificassem a criação de serviços; número de segurados das localidades vizinhas que pudessem convergir ao futuro centro sem, contudo, caracterizar-se como tratamento fora do domicilio; condição de arrecadação da localidade que propiciasse a execução do programa, em bases econômicas; existência, na comunidade, de pessoal técnico para compor as equipes de reabilitação.

A implantação dos primeiros centros de reabilitação profissional ocorreu nas cidades de são Paulo, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Niterói. Essa implantação fez-se de maneira gradual. Basta dizer que a do primeiro Centro de Reabilitação Profissional (CRP) em São Paulo, ocorreu em 1960 e somente dez anos depois foi implantado o de Niterói. Posteriormente, entre 1971 e 1975, foram inaugurados os CRPs de Fortaleza, Curitiba e Belém.

À época, as unidades dispunham de modernos equipamentos para atendimentos em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia e áreas profissionais (oficinas de reabilitação). O cliente era atendido por uma equipe básica, composta de médico e assistente social, que definia sua elegibilidade ao programa e, posteriormente, acompanhado pela equipe multiprofissional. O programa desenvolvia-se simultânea e sucessivamente abrangendo: avaliação física, sócio-profissional; tratamento médico, fisioterápico; treinamento e formação profissional nas oficinas de reabilitação através de duas grandes áreas – ofícios (cursos profissionalizantes e ensino básico e alfabetização para a elevação do nível de

escolaridade); colocação e segmento através do serviço de pesquisa e mercado de trabalho, que funciona como um banco de dados, onde são arquivadas as informações sobre as empresas através de cadastros; análises de funções e levantamentos das ofertas de ocupação do mercado de trabalho local.

Nesse enfoque, a reabilitação profissional desenvolvia suas atividades de intervenção, trabalhando o individuo na sua totalidade, objetivando a reintegração do maior número possível de reabilitandos no processo produtivo. Para garantir o retorno ao trabalho, após o acidente, importava, sobretudo, que continuasse preenchendo as exigências da empresa onde trabalhava e do mercado em geral.

A partir dos anos 1990, o Governo começou a implementar profundas mudanças na prestação desse serviço, a pretexto da necessidade de modernização da previdência social. Para essa adequação em seu escopo legal, iniciou-se nas unidades de reabilitação profissional um *continum* de revisão, com novos paradigmas, incluindo novas formas de pensar a reabilitação profissional.

As novas diretrizes culminaram com o “enxugamento” progressivo dos serviços, fechamento das oficinas de reabilitação, cancelamento de alguns auxílios, mudança na dinâmica de atendimento que passou a ser descentralizado para os postos de benefícios. A equipe técnica passou a ser constituída pelo médico e pelo orientador profissional, que, no caso, substitui o assistente social. E, ainda, as áreas medica e paramédica não realizam o tratamento, apenas avaliam a capacidade residual para o trabalho. Supõe-se que o cliente, ao chegar ao centro de reabilitação, já deve ter realizado o tratamento físico no SUS.

Com essas mudanças, constituem, hoje, funções básicas da reabilitação profissional:

- avaliação e definição da capacidade laborativa residual com foco no cliente (habilidades, aptidões, potencial para aprendizagem, experiências profissionais e situação empregatícia, nível de escolaridade, faixa etária e mercado de trabalho);
- orientação e acompanhamento do programa profissional; e

- articulação com a comunidade com vistas ao reingresso do cliente no mercado de trabalho.

Podemos admitir, sem maiores polêmicas, que, para o atendimento de seus objetivos, a reabilitação profissional deve oferecer a capacitação sócio-profissional do cliente, para garantir sua sobrevivência, a mesma sobrevivência que lhe providenciará a sua profissão original antes do acidente.

Os resultados quantitativos, obtidos na Unidade de Referência de Reabilitação Profissional em Fortaleza, permitem visualizar a realidade da absorção do acidentado no trabalho no mercado de trabalho local.

TABELA 6

Resultado do Programa de Reabilitação Profissional em Fortaleza-Ce (1999-2001) – Espécie = 91 (A.T.)

Ano	Registrados	Elegíveis	Retorno a mesma atividade	Retorno a atividades diversas
1999	791	442	72	158
2000	552	333	44	135
2001	887	773	83	197
Total	**2.230**	**1.548**	**199**	**490**

Fonte: DATAPREV - CAT

Conforme dados apresentados na Tabela 6, do período de 1999 a 2001, 2.230 casos foram encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional, dos quais 69,4% foram elegíveis e 44,5% dos elegíveis foram desligados para retorno ao trabalho. Foram desligados do Programa, com o laudo conclusivo de retorno a mesma atividade, 12,8% e 31,6% de retorno a atividade diversa.

Nada garante, porém, que os clientes reabilitados estejam inseridos no mundo do trabalho. Se isso não acontece, o acidentado é duplamente mutilado, uma vez que o trabalho representa não só o retorno financeiro, mas é de fundamental importância na vida do ser humano, principalmente em se tratando de pessoas com limitação funcional. Em princípio, a integração à sociedade como um "cidadão de

direito” facilita o contato social, dá sentido à vida, significa a perspectiva de realização pessoal. A reabilitação é um processo exigente, complexo e nem sempre consegue superar as conseqüências do acidente de trabalho segundo as metas previstas, a se concretizarem com a volta do acidentado ao trabalho e, sob esse aspecto, o trabalho se mostra como condição de cidadania.

Nunca é demais reafirmar que o ingresso no mercado de trabalho é de fundamental importância na vida do ser humano. O trabalho dá sentido à vida, significa a perspectiva através da qual se realizam como seres incluídos no sistema. Conforme escreveu Arendt (1993), permite ao homem **o direito de ter direito.**

CAPÍTULO 3

TRABALHEI, ME ACIDENTEI: AGORA O QUE VOU FAZER?

O dinamismo do trabalho humano e as transformações societárias que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, no final do século XX, como nos referimos nos capítulos anteriores, atingem diretamente as condições de existências materiais e subjetivas da classe que vive do trabalho.

A revolução tecnológica, em ritmo cada vez mais acelerado, faz da ciência e da técnica os principais pressupostos de acumulação do capital, com o crescimento acelerado da produtividade do trabalho, o que significa substituir o trabalho vivo, pelo trabalho morto das máquinas, gerando conseqüentemente o desemprego e com este o rompimento da trajetória no trabalho de atividades profissionais.

Dentre estas mudanças, o impacto do não-trabalho, da não-inserção no mercado de trabalho, reflete, portanto, nas condições materiais de existência do trabalhador, privando-o não só da realização de seus desejos mas também influindo no seu modo de ser, nas suas relações familiares e sociais, na sua autovalorização, enfim, repercutindo em suas vidas, notadamente por mudanças comportamentais e/ou de identidade. *"O trabalho permanece como referencia dominante não somente economicamente, culturalmente, simbolicamente, fato que se comprova pelas reações dos que não o têm"* (CASTEL,1999:18).

Essa característica de valorização do trabalho, na sociedade capitalista, como única condição de cidadania, por mais insignificante que seja esta, pode estruturar diferentes formas de necessidades, desde a satisfação dos carecimentos básicos à sobrevivência, como a realização dos sonhos e fantasias. É uma forma de tentar enquadrar o jeito de ser à produtividade, à competência, ao reconhecimento, à ocupação de um espaço na sociedade. O individuo produtivo representa boas

condições de saúde e participa da elaboração necessária ao bom desenvolvimento de sua família, da comunidade em que vive e de sua própria. Para Ciampa (1999), em nossa sociedade capitalista, somos explorados e impedidos de concretizar nossa humanidade.

A perda de uma relação estável, como o emprego, a busca de uma nova oportunidade de trabalho, o enfrentamento das exigências impostas pelo mundo, as dificuldades financeiras, enfim, a exclusão por que passa o trabalhador causam mudanças também em seus valores, na autovalorização, em sua maneira de ser, de relacionar-se, afetando profundamente a sua identidade/subjetividade, aqui considerada em sua dimensão social.

Entende Codo que

> *O trabalho sempre será um exercício metabólico entre o homem e o meio, e por isso o demiurgo do sincretismo entre objetividade e a subjetividade: através dele o homem realiza no mundo sua transcendência e realiza a si mesmo pelas mesmas viés, se conforma na medida que transforma o universo, se confirma na medida em que se exerce* (1996:193),

Considerar a subjetividade do ponto de vista social, significa compreender o homem como um ser social que constrói as próprias condições de existência historicamente, através de seu controle cada vez maior sobre a natureza, ou seja, através do seu trabalho.

O desgaste-reprodução do trabalhador é uma constante nos trabalhos que acarretam danos à integridade biopsíquica e social e a impossibilidade de sobrevivência. Segundo Selligmann (1994), a expressão “desgaste da identidade” é usada como referência a situações vivenciadas no trabalho, que ferem a dignidade humana.

A falta da concretização ou a interrupção, de forma abrupta, do objetivo desejado constitui um elemento fundamental de construção do sujeito. A história por sua vez, através do sistema produtivo, cria o mundo dos objetivos ilimitados, aumentando a insaciabilidade humana.

Portanto, a não-inserção no mercado de trabalho reduz não só a possibilidade de o trabalhador (em nosso enfoque, o acidentado) saciar seus desejos

com relação ao mundo externo, o mundo da materialidade, bem como, suprir a sua sede de subjetividade, relativa ao mundo interior. Assim, a exclusão do mercado de trabalho, além do impacto financeiro, provoca também forte choque na subjetividade do trabalhador. Excluir *"um cidadão do mercado de trabalho (subclasse) pode levá-lo não apenas à privação material, como também à restrição dos direitos de segurança socioeconômico e de auto-estima"* (POCHMANN, 1999:21).

Segundo o mesmo autor, o desemprego por longo tempo poderá, muitas vezes, significar maior fragilidade ante os demais riscos, como doença, acidente de trabalho etc. Isso implica, pois, maior vulnerabilidade, se o acidente de trabalho e o desemprego se dão conjuntamente, impondo ao trabalhador a reconstrução de sua identidade.

A concepção de exclusão nos remete à reflexão que os excluídos não são apenas rejeitados físicos e econômicos, mas também os não-reconhecidos pelos seus valores e direitos sociais com a ruptura do vínculo.

Para Martins (1997:137),

> *o problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos, pois demorar muito a inclusão: o tempo em que o trabalhador passa a procurar trabalho começa a se tornar excessivamente longo e freqüentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que importa certa degradação.*

A integração na vida social é constituída pelo trabalho, que é a matriz de toda a práxis social. Nessa perspectiva, evidencia-se que a atividade profissional introjetada na identidade de trabalhador torna-se um referencial de análise, das crises e dificuldades desencadeadas no afastamento do acidentado de trabalho.

A conquista das reinserção do mercado de trabalho significa para o reabilitado a elevação de sua autoestima, a emancipação, a integração social sobre uma situação de exclusão social, criada e administrada por um sistema excludente.

Segundo Martins (1997), o capitalismo da verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É a própria

lógica da exclusão e inclusão,

3.1 Referência metodológica e apresentação dos dados empíricos da pesquisa

3.1.1 Percurso metodológico da pesquisa

O campo da pesquisa que nos subsidiou os dados empíricos foi a Unidade de Referência de Reabilitação Profissional – URRP/INSS de Fortaleza-Ce. Os resultados que serão expressos foram copilados dos prontuários referentes aos reabilitados selecionados para participarem da pesquisa.

A escolha do referido campo de pesquisa justifica-se pelo fato de ser o único *locus* governamental de competência que desenvolve ações reabilitatórias junto ao trabalhador acidentado.

Tipo de estudo

A presente pesquisa foi constituída de duas etapas: um levantamento documental e uma pesquisa de cunho qualitativao.

Primeira etapa: levantamento documental

O estudo documental foi realizado na Unidade de Referência da Reabilitação Profissional – INSS, no ano de 2001. Levantamos através dos prontuários arquivados, referentes ao período de janeiro de 1999 a julho de 2001, a procedência, faixa etária, sexo, endereço, ocupação no início e no fim do programa, empresa de vínculo.

O objetivo do levantamento documental reside no fato não só de se fazer um perfil socioeconômico do acidentado, como também localizá-lo.

A análise documental, segundo Bardin, é *"uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original a fim de facilitar num estudo ulterior, a uma consulta e referência"* (1997:45).

Esta pesquisa documental nos subsidiou para a identificação e análise do nosso objeto de estudo.

Segunda etapa: pesquisa qualitativa

A proposta de condução epistemológica e teórica pela abordagem qualitativa justifica-se pelo fato de esta responder a questões muito particulares.

Segundo Minayo (1988), ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização das variáveis.

Demais disso, a pesquisa qualitativa, segundo Anita Aline (2001), *"privilegia o depoimento e o significado dos dados empíricos. Além do mais, não utiliza os mesmos instrumentos de mensuração nos termos que são exigidos pelas ciências naturais, exatas"* (Aline, 2001)

Nessa perspectiva de análise, procura-se articular a aparência e a essência, através da lógica dialética.

Seleção dos sujeitos

Foram sujeitos da pesquisa os egressos do Programa de Reabilitação Profissional do INSS, devidamente notificados pelo sistema de Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT, encaminhados pelo setor de Perícia Médica do INSS à Unidade de Referência da Reabilitação Profissional (URRP).

Os sujeitos pesquisados foram selecionados dentre os prontuários arquivados na URRP, desligados do Programa no período compreendido entre janeiro de 1999 a julho de 2001.

Para seleção dos sujeitos, adotamos os seguintes critérios:

- residir em Fortaleza;

- ter concluído o programa há mais de um ano;
- estar na faixa etária entre 25 e 50 anos;
- ter como conclusão de programa retorno à mesma atividade ou retorno a atividade diversa; e
- ser vinculado a empresa de grande e médio porte (de 100 a mais empregados).

Vale salientar que a razão dos critérios estabelecida decorre: 1º – da viabilidade da própria pesquisa empírica; 2º – do fato de que após um ano de retorno à empresa, o acidentado perde a estabilidade de trabalho garantida por lei; 3º – da importância da grande e média empresa para a economia, bem como porque elas se enquadram nas normas estabelecidas pelo Decreto-lei 3.298, art 136, do Regulamento da Previdência Social, que assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas especiais .

A partir dos critérios estabelecidos, foram realizadas 16 entrevistas, as quais foram gravadas, com a devida permissão dos depoentes, e transcritas para um melhor aproveitamento do tempo dos entrevistados.

Para a condução da entrevista, empregamos como instrumental o roteiro, pois este instrumento tem como finalidade *"ampliar o âmbito da entrevista, sugerir aprofundamento e também demarcar. Ele orienta uma conversa com finalidade"* (MINAYO,1998:81).

Para proceder à investigação, dedicamos dois meses, inclusive em finais de semanas.

Vale frisar que foram realizadas apenas duas entrevistas com o reabilitado no local de trabalho, sendo que as demais (14) foram feitas em seus próprios domicílios. Tal fato ocorreu porque os mesmos não mantinham mais vinculo empregatício com as empresas visitadas.

Para todos os entrevistados, foram dados nomes fictícios para garantir o anonimato. Em relação às empresas, por uma questão ética, foram preservadas as razões sociais.

Técnica de análise

Na etapa de análise dos dados, utilizamos como técnica a análise de conteúdo, preconizada por Bardin (1997:42), compreendida como um conjunto de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

As informações coletadas nas entrevistas foram trabalhadas de forma categorial, através de agrupamento de elementos, idéias e expressões para identificação de sentido e conteúdo das falas. A categorização é construída e estabelecida a partir do momento em que os elementos são encontrados.

Portanto, a categorização e análise das entrevistas, por não admitirem compreensão separada, se complementam numa relação dialética, no movimento continuo de empíria e teoria. As categorias foram surgindo e classificadas a partir do critério temático. Por exemplo: todos os temas que abordavam a importância do trabalho para o indivíduo foram agrupadas na categoria “significado do trabalho”, enquanto os que se vinculam às relações societárias foram devidamente agrupadas na categoria “sociabilidade”. Nesta perspectiva metodológica a pesquisadora realizou a análise das demais categorias.

Assim, tivemos todo o cuidado com o método e a técnica escolhidos, para garantir maior e melhor utilização das informações na compreensão do nosso objeto de estudo.

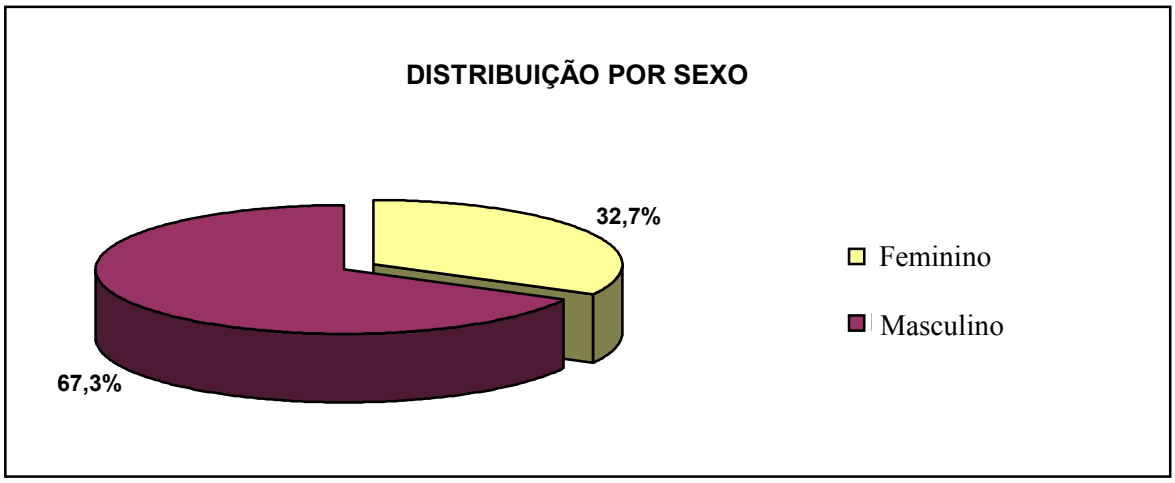
3.1.2 Caracterização dos reabilitados

Tomando-se os dado do estudo documental, a partir dos prontuários arquivados na URRP, referentes aos reabilitados selecionados para a pesquisa, levantamos as seguintes variáveis para compor o perfil socioeconômico do reabilitado.

Os reabilitados são na grande maioria do (67,3%) sexo masculino (Gráfico 6), justificado pela demanda maior de homens no mercado de trabalho.

Gráfico 6

Distribuição dos reabilitados por sexo

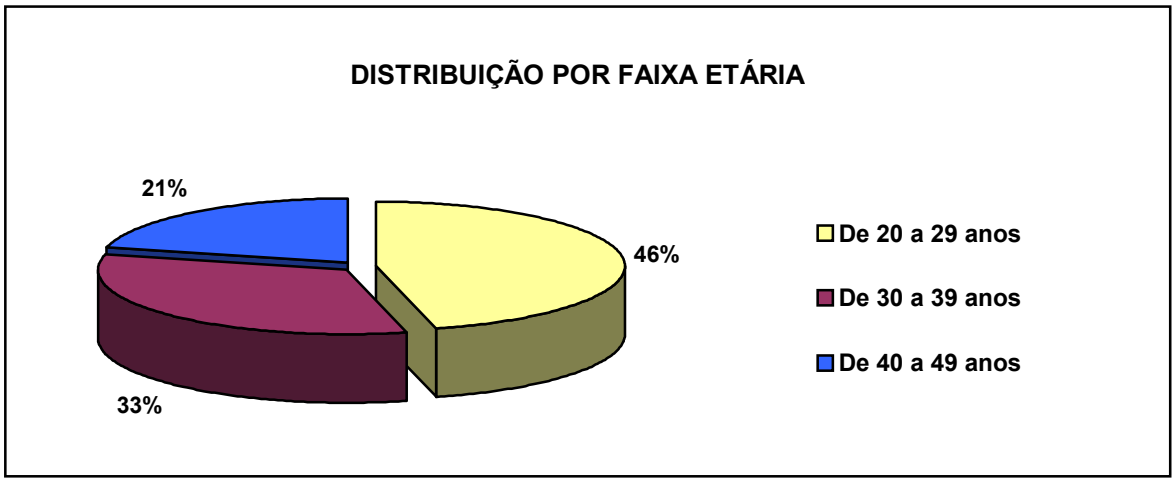


Fonte: Pesquisa direta

No que concerne a faixa etária (Gráfico 7), o maior número de reabilitados está no grupo de idade entre 20 e 29 anos. Em segundo lugar, os com idade variando entre 30 a 39 anos, idades em que o indivíduo se encontra com as melhores condições de desempenhar qualquer atividade, porém, é atingida pelo acidente, interrompendo sua atividade laboral e a esperança de realização profissional.

Gráfico 7

Distribuição dos reabilitados por faixa etária



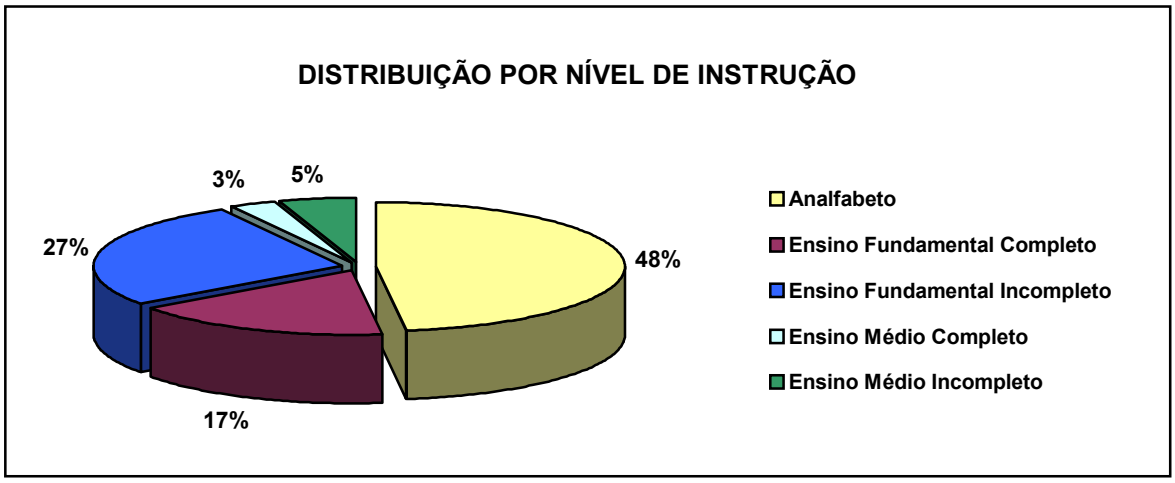
Fonte: Pesquisa direta

Em relação ao nível de instrução, observa-se no Gráfico 8 que 48% são analfabetos e ou alfabetizados (assinam o nome e lêem pouco, mas não escrevem).

Deduz-se que tal fato diz respeito a adultícia precoce, dada pela necessidade de trabalhar ainda criança, tirando-lhe o direito de estudar.

Gráfico 8

Distribuição dos reabilitados por nível de instrução

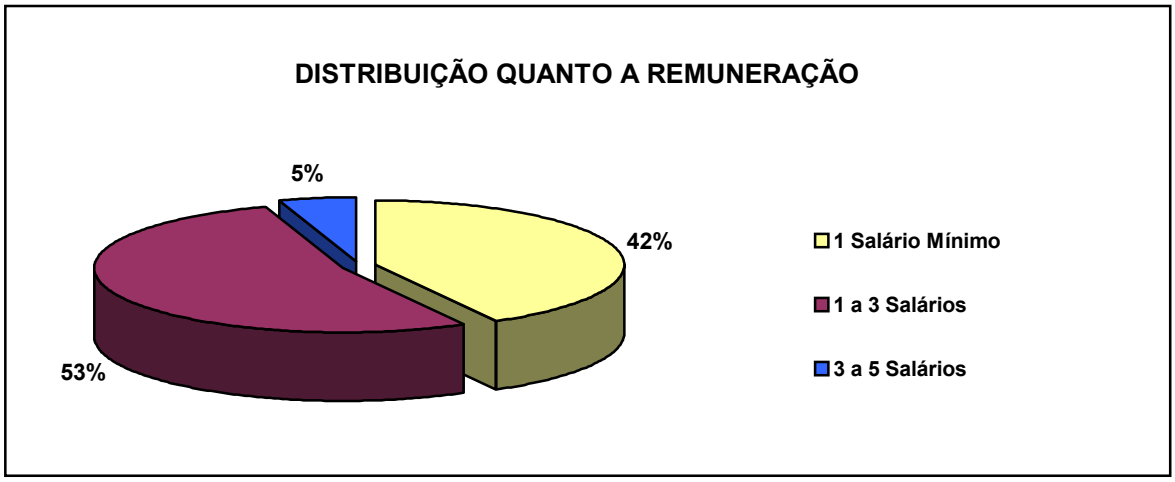


Fonte: Pesquisa direta

Este fato é preocupante, na medida em que se torna mais difícil a adaptação destes às mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho em função da modernização técnico-científica, que exige qualificação. O baixo nível de escolaridade poderá significar a perda do emprego, após o acidente.

Gráfico 9

Distribuição do reabilitado quanto à remuneração



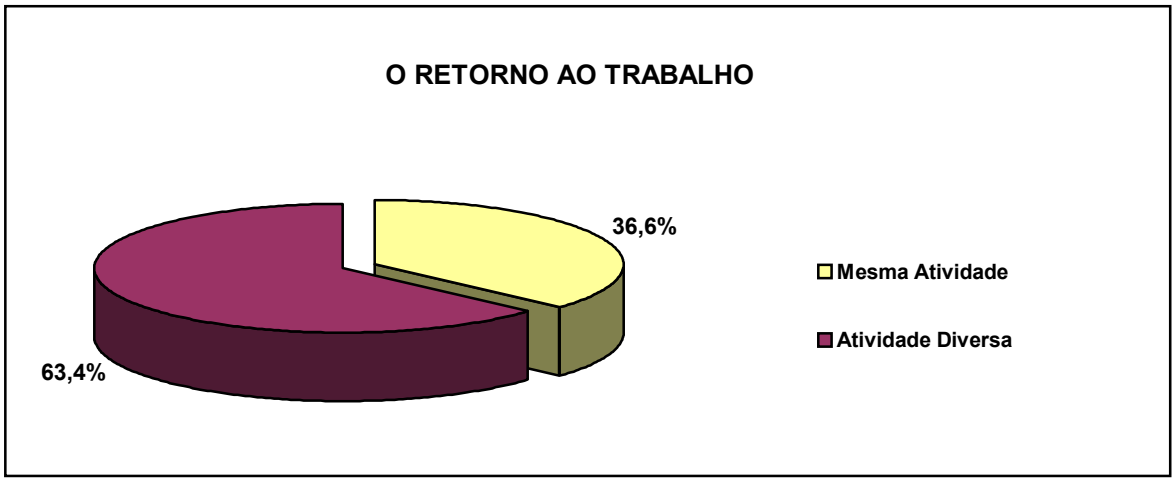
Fonte; Pesquisa direta

Quanto à remuneração (Gráfico 9), observamos que entre os informantes prevalece uma renda entre 1 e 3 salários. O contingente que recebe salário mínimo é bastante elevado (53%), deixando claro que são os mais pobres que exercem as ocupações de risco e que estão mais sujeitos ao perigo de acidentes.

Observamos (Gráfico 10) que, impossibilitados de retornarem a sua mesma função, eles são readaptados para o exercício de outra atividade, podendo ser na sua empresa de origem ou em outra que disponibilize a vaga para o retorno ao trabalho.

Gráfico 10

Distribuição do reabilitado quanto ao retorno ao trabalho



Fonte: Pesquisa direta

Assim, o perfil socioeconômico dos reabilitados ora traçados permite, como amostra, a caracterização do acidentado, usuário do programa de reabilitação.

3.1.3 Análise dos depoimentos dos reabilitados

Para melhor compreensão dos depoimentos colhidos, tratamos de agrupá-los em blocos temáticos, os quais serão estudados separadamente.

Vale frisar, como escrevemos, que os depoimentos trazem relação entre si. Contudo, para fins analíticos, preferimos analisá-los em separado.

Tais categorias estão assim agrupadas:

Tema 1 – Significado do trabalho

Tema 2 – Uma trajetória interrompida: reinserção do reabilitado no mercado de trabalho

Tema 3 – Expectativa: a reabilitação a quem serve?

Tema 4 – Sociabilidade: esgarçamento social

Tema 5 – Estigma e frustração

Tema 6 – Culpabilidade

Tema 7 – Receptividade da empresa

Tema 8 – Estratégia de sobrevivência

Tema 9 – Expectativas para o futuro

3.1.3.1 Significado do trabalho

A história de trabalho de alguns de nossos entrevistados iniciou-se na infância, pois tinham que complementar a renda familiar. Em alguns casos, o trabalhador era o único provedor do sustento da família.

É curioso observar que as historias de trabalho se confundem com suas historias de vida, pois prematuramente se iniciam na atividade produtiva, na qual são construídas sua subjetividade e sua identidade de trabalhador.

> *"Acho, que comecei a trabalhar com uns oito anos, na roça com o meu pai. Depois vim para Fortaleza e aqui fiz de tudo. Vendi picolé, pipoca, bronzeador na praia, eu era virado, porque tinha que ajudar minha mãe a criar meus outros irmãos. Arranjei um trabalho de servente de pedreiro, e assinei minha carteira"* (João).

> *"Comecei cedo, nós passamos muita miséria, não dar para ser criança. Meu pai tinha um amigo que era dono de uma oficina, me botou lá pra ajudar e aprender o ofício de mecânico de carro... Fui ficando de maior... Aí, fui trabalhar numa oficina grande e lá assinaram minha carteira, aí tinha meus direitos"* (Luis).

O trabalho está na base de toda a sociedade, estabelecendo as formas de relações de poder e prosperidade, determinando o ritmo cotidiano. Neste

contexto, o individuo encontra dificuldade em dar sentido à sua vida se não for pelo trabalho.

O tempo de trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, e, como tal, se mostra como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais (ANTUNES, 2000:168).

> *"Voltar ao trabalho, modificou minha vida, no sentido de que, a vida toda trabalhei, sou profissional, estou me sentido novamente útil e capaz"* (Rui).

> *"Senti-me mais eu, retornar ao trabalho, melhorou minha auto-estima, e estou comprando o que posso para minha família. Eu era muito feliz, mas o acidente tirou minha felicidade, mas estou aprendendo a conviver com a falta da perna e estou voltando a ser feliz"* (Paulo).

Assim, verificamos que a maioria dos entrevistados afirmou ser o trabalho essencial ao homem; é um meio que serve de sustentáculo, pois é dele que provm a sobrevivência física e social.

O indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido à sua vida se não for pelo trabalho; daí o seu reconhecimento e valorização.

> *"O trabalho é o ar que respiramos, necessitamos do ar assim como do trabalho para sobreviveremos. Ele pode ser resumido na essência da vida, ele é essencial para o homem"* (Carlos).

O trabalho, tão exaltado em nossa sociedade, está intimamente ligado ao dinheiro, possibilidade de ascensão social, *status*, poder, reconhecimento. O não-trabalho, pela desapropriação da força de trabalho via acidente de sua força de trabalho, mutila suas referências pessoais e, desta forma, eles passam a se sentirem inúteis e desvalorizados.

> *"O trabalho é a razão de ser do homem, principalmente para mim que sempre realizei as tarefas com prazer. É a implicação para o progresso, ele é a lei do progresso, é impossível viver sem ele. Ele nos dar status, poder na sociedade"* (José).

A compreensão da importância de ter uma atividade profissional, aqui assumida pelos entrevistados, traduz-se na falta deste, como referencial fortíssimo que desencadeará crises e dificuldades no seu afastamento do trabalho. Sem o trabalho, não se constituem plenamente como trabalhadores, não são cidadãos, não se singularizam como sujeitos de direitos.

Diante de cada exposição, o ato de trabalhar foi expresso, repercutindo em todos os âmbitos, positivamente na vida dos entrevistados, dando-lhes um significado para a vida, a dignidade diante da sociedade e, sem dúvida alguma, satisfação social.

> *"O trabalho é tudo. Mas tem uma coisa que eu não gosto, é dos apelidos e das brincadeiras que tiram de vez uma coisa que eu não gosto, é dos apelidos e das brincadeiras que tirando vez em quando. Eu sei que fiquei deficiente com o acidente, mas não precisam estar falando"* (Joaquim).

Com esse depoimento, ratifica-se a tese de que o trabalho é fundamental na socialização e na aceitação de sua condição e, sobretudo, é o indicador de inserção definitiva na vida social.

3.1.3.2 Uma trajetória interrompida: reinserção do reabilitado no mercado de trabalho

O novo mundo do trabalho impôs, flexibilizou direitos, transformou as relações de trabalho, exigiu do trabalhador qualificação, criatividade e, acima de tudo, saúde para que toda a exploração seja possível. *"A força de trabalho só existe como faculdade do indivíduo presente no corpo e na personalidade viva do ser humano"* (MARILDA, 2001:228)

Aqui, há algum ponto referente à reinserção do trabalhador reabilitado no mercado de trabalho. Para os acidentados, retornar ao desempenho de suas atividades laborativas tem sido uma luta, na maioria das vezes frustrante, pois, embora aptos ao trabalho, o mercado é para os considerados "normais".

A trajetória do acidentado, apesar da cobertura intencional, é marcada pela negação de seu estado de cidadão; a sociedade se recusa a vê-lo; é

estigm)atizado, é mais um entre os desqualificados. A condição de acidentado não é somente a força de trabalho sucateada, mas a de cidadão sucateado (COHN, 1995:8)

No conjunto dos relatos coletados, evidenciam-se inúmeras exigências com implicações na existência do indivíduo que precisa lutar em seu cotidiano contra os preconceitos de uma sociedade capitalista, que nega a oportunidade de conhecer o potencial de trabalho daqueles que "ontem" eram produtivos.

> *"Fui desligado do CRP, com condições de retornar ao trabalho, acreditei... Tenho procurado emprego todos os dias mas todos negam, dizem que eu não tenho capacidade de trabalho... Arranjei com um amigo para trabalhar como entregador, de bicicleta, no mercadinho, mas não agüentei, a perna doía muito. Também já tenho 47 anos, pouco estudo, agora só querem o primeiro grau e com muita saúde... Lá no CRP, não foram honestos comigo, diziam que eu podia trabalhar e fique na pior, Agora não tenho mais "nervos" para trabalhar"* (Roberto).
>
> *"Passei dois anos de licença, um deles no CRP; fui reabilitado como vigia, antes eu era operador de maquina. Com um ano fui demitido e não consegui mais emprego, conseqüentemente não posso mais sustentar minha família e sinto-se eliminado como homem, me entreguei à bebida"* (Fábio).

Em seus discursos, expressam que a perda da capacidade de trabalho desenvolve perturbações psicológicas e mudanças de comportamento que interferem no seu retorno ao trabalho. Fazendo uma interface das reações emocionais relatadas pelos reabilitados, provocadas pelo estresse pós-traumático associado ao sentimento de improdutividade, constatamos que o reabilitado desenvolveu episódios de agressividade, impotência, insônia, ansiedade, angustia, depressão, vícios etc. Tal fixação no trauma é acompanhada de uma inibição da atividade do indivíduo.

O ingresso no mundo do trabalho è de fundamental importância principalmente, tratando-se de pessoas que tiveram sua trajetória profissional interrompida e modificada, que os torna "diferentes", *"excluídos, porque não possuem as qualificações exigidas pelo mercado"* (SINGER, 2003:65).

> *"Trabalhei anos em uma firma como motorista, sofri acidente e perdi a metade do meu braço direito. Fui readaptado na mesma firma como auxiliar de almoxarife, mas no CRP sabiam que não ia dar certo, pois tive muitas dificuldades durante o treinamento e tenho poço estudo. O chefe falou para eles das minhas dificuldades. Após o período de estabilidade fui demitido... Já preenchi ficha em tudo em que foi canto, ninguém que me empregar. O INSS que é se ver livre da gente, e empurra para fora do programa sem preparar para o trabalho. Tinha uma profissão, hoje não sei o que fazer"* (Pedro).

Verifica-se no discurso dos entrevistados que um significativo quantitativo tem ficado à deriva do mundo do trabalho. Em decorrência da situação, sentem-se oprimidos por todos os lados. De um lado, o Governo tratar de tê-los como um ônus para os cofres públicos, e apressa-se em tirar-lhe o auxílio doença o mais rapidamente possível, intermediado pelo programa de reabilitação profissional. De outro, a empresa, interessada apenas no que lhe traz lucros, tende a eliminar todo aquele que considera incompatível com o processo produtivo.

3.1.3.3 Expectativas: a reabilitação a serviço de quem?

No relato de praticamente a totalidade dos entrevistados, restou demonstrada decepção no que se relaciona com o programa de reabilitação profissional, por não estarem inseridos no mercado de trabalho.

> *"Eu achava que só ia ser desligado com um emprego certo, pois na empresa em que eu trabalhava só tem serviço pesado... fiquei na mão..."* (Damião).

> *"Esperava que a reabilitação garantisse a minha volta ao trabalho, mas era só enganação"* (João).

> *"Já tinha feito programa antes noutro acidente, lá era muito bom, assistentes sociais se interessavam pela gente. Agora desligam sem nada certo"* (Arí).

Percebe-se que os reabilitados se sentem traídos, injustiçados e revoltados com o programa, por não terem garantida a fixação no local de trabalho.

> *"Quando cheguei na reabilitação me enchi de esperanças com tudo que ouví. Depois vi que era só conversa, no momento de voltar ao trabalho o patrão é quem decide se quer ou não..."* (Carlos).

> *"Minha expectativa era ser qualificado profissionalmente, pois não podia mais trabalhar na minha profissão, tecelão, mas não aconteceu, não tinha verba, fui desligado sem nada resolvido. Agora só encontra emprego quem é qualificado"* (Joaquim).

Estas manifestações revelaram a expectativa que depositavam no sistema previdenciário através da reabilitação profissional, que tem como objetivo a capacitação do acidentado, como requisito de possibilidade e garantia de lograrem êxito no reingresso ao trabalho. A não-efetivação dos objetivos representa um dano maior, pois, sem a intermediação do Programa, a obtenção do emprego é uma tarefa quase impossível

3.1.3.4 Sociabilidade e esgarçamento social

Pelos depoimentos dos entrevistados, foi possível identificar o fato de que alguns assumem uma identidade de exclusão, sobretudo, os homens, para quem o trabalho é fator componente de sua condição de macho, provedor e mantenedor do lar, que se encontra "afastado", impossibilitado de assumir sua posição de chefe de família, o que é para ele humilhante e degradante.

> *"Quando estava trabalhando, todo o sábado chegava em casa com o dinheiro no bolso, e dizia, ta aí pra feira. Sou um homem novo, é humilhante vê minha família passando necessidade"* (José).

O sentimento da perda da identidade de chefe de família, de trabalhador, de homem, cujo papel no mundo do trabalho é sustentar seus dependentes, é fragilizado e, aos poucos, vai se considerando um perdedor, um parasita de seu próprio destino.

> *"Hoje estou com medo de perder ela (esposa) porque você sabe, o que desmancha família é a pessoa não ter condições de manter; você sabe o que minha mulher está fazendo hoje, coisa que nunca fez, faxina nas casas de um e de outro, para trazer dinheiro pra casa, porque eu só estou com o auxilio acidente"* (Isaías).

A inversão de papéis ressalta a importância do trabalho como elemento fundante da identidade masculina, ou seja, *"o trabalho e o desempenho sexual funciona como as principais referências para a construção de comportamento dos homens. Desde cedo, os meninos crescem assimilando a idéia de que com o trabalho serão reconhecidos como homem"* (NOLASCO,1993:51).

Embora não estabeleça uma relação mecânica entre a precariedade econômica e a fragilização dos suportes relacionais, Castel afirma que existe uma conexão estas. Para exemplificar, referido autor menciona alguns dados, os quais vale a pena citar. É o que se verá a seguir: Assim *"a proporção das rupturas conjugais é de 24% para os indivíduos que têm emprego estável, de 31,4% para as situações de trabalho instável e de 38% para as pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos"* (CASTEL, 1998:533).

Pode-se observar, pois, a complementaridade entre o emprego e a integração social. A densidade das relações sociais sofre oscilações conforme a inserção do indivíduo no interior da estrutura produtiva. Quanto mais for forte sua estabilidade no trabalho mais forte será, como afirma Castel (1998), sua inserção relacional, enquanto a precariedade fragiliza os laços sociais e a expulsão do emprego favorece o isolamento social. Veja o depoimento do seguinte entrevistado:

> *"Quando eu trabalhava, não faltava amigo para beber e para ir para o forró, era uma festa todo o sábado. Agora ninguém se lembra de mim"* (Antônio).

Evidentemente, não se trata aqui de se estabelecer uma relação causal entre o trabalhador e a sociabilidade, como bem frisou Castel. Porém, há que se reconhecer que o indivíduo desempregado se torna mais exposto aos infortúnios inerentes à própria condição humana. A perda do ambiente de convívio social que a condição anterior de empregado oferece, como promotor de uma socialização não é restrita somente à vizinhança e à estrutura familiar; a falta de trabalho afasta o indivíduo não só do convívio com os companheiros de trabalho como também o desvia de outras relações societárias.

A privação do trabalho limita o acesso ou a inserção do indivíduo em

outras dimensões da vida cotidiana, onde o próprio direito à sobrevivência passa a ser ameaçado. É neste sentido que a cidadania, envolvendo os elementos civis, políticos e sociais, permanece cada vez mais restrita, empobrecendo, com isso, a vida social do indivíduo. O direito de levar uma vida de cidadão civilizado, conforme os padrões vigentes na sociedade contemporânea, termina passando por degradação.

3.1.3.5 Estigma e frustração

Lendo os depoimentos dos entrevistados, verifica-se que o preconceito está enraizado no imaginário social. Eles se sentem injustiçados pelos ditos "normais".

A verdade é que o mercado de trabalho tende a discriminar todo aquele que não possui o perfil de perfeição que o sistema impõe. Cultua-se o corpo humano que se apresenta como uma máquina saudável produtiva, dentro dos padrões convencionais de estética e eficiência. Neste contexto, os sequelados pelos acidentes, além de lidarem com sua limitação, sofrem por serem diferentes.

Pessoas com deficiência vivem desagradáveis situações e conseqüentes atitudes de preconceitos; aprendem a desconfiar dos outros e até de sí próprios (SILVA, 1997:31). Os estigmas manifestam as mesmas características sociológicas, ou seja, um indivíduo traz consigo uma particularidade que pode chamar a atenção, eliminando as chances de revelação de outras qualidades que lhes são inerentes.

> *"Eu encontro barreiras na própria família, pois como perdi o braço alguns deles tem vergonha de andar comigo na rua"* (Mário).
>
> *"Já cheguei uma vez numa empresa para pedir emprego e na guarita antes mesmo de falar, o segurança me disse perdoe"* (Severino).
>
> *"Não se pode julgar uma pessoa porque falta uma mão, eu sei trabalhar, pensar e amar. Sou capaz e quero respeito"* (Fábio).

Além do estigma, é consumado o fato de que algumas pessoas em situação de exclusão social assumem comportamentos autodestrutivos. *"Trata-se*

de comportamentos relacionados com a tóxico dependência, o alcoolismo, a prostituição, etc. Também aqui, não raro, estas causas imediatas têm por detrás problemas de pobreza" (COSTA, 1998:23).

A frustração decorrente do sentimento de inutilidade social fragiliza emocionalmente o indivíduo, o qual passa a percorrer caminhos que muitas vezes implodem a sua existência. A ansiedade, insegurança, falta de projeto pessoal e outros problemas sevem de mola para a emergência ou o agravamento de novas posturas existenciais. É nesse contexto que o individuo procura uma válvula de escape para esquecer ou "solucionar" os seus dilemas de vida. É o que revelam os seguintes depoimentos:

> *"Depois do acidente, comecei a beber muito, na falta do que fazer, eu vou para a bodega me encontrar com os amigos"* (João).
>
> *"É muito sofrimento doutora, a gente vê um filho da gente passado fome e doente e não ter dinheiro para comprar nada. Passei a fumar e a beber, coisa que eu não fazia, pra esquecer tudo.. O acidente acabou com a minha vida"* (Isaías).

Através de Deus eles acreditam que será concedida a oportunidade de novamente participarem de uma vida "normal", como pessoas "normais" e, sobretudo, poderem ver seus filhos terem e serem aquilo que eles não conseguiram. Todos eles almejam a realização através dos filhos.

Verificamos ser nesse momento que a religião aflora como um lenitivo. Eis alguns depoimentos:

> *"Deixe estar que um dia Deus olha por mim e me dá uma luz"* (Luis).
>
> *"Não espero mais muita coisa, agora o que vier é lucro, estou nas mãos de Jeová, e ele vai me mostrar o caminho"* (Pedro).
>
> *"Do jeito que eu estou hoje, não mais esperanças de nada não, mas a gente apela a Deus, e tem fé que Ele vai olhar pelos meus filhos, pra eles terem um futuro melhor do que eu"* (Arí).

Ainda no que concerne ao sentimento de frustração, constatamos o fato de que a inserção delinqüente é apontada como solução para a pobreza. É o que revela o seguinte depoimento:

> *"Eu tinha emprego, nunca fiquei um dia sem trabalho antes do acidente, não procuro mais emprego porque passei um ano procurando todo o dia e era barrado, agora não tenho mais esperança... eu acho que tem muita gente ladrão por isso..."* (Luis).

Por último, podemos dizer que a sociedade, ao estigmatizar os vitimados pelo infortúnio do acidente de trabalho, termina por proporcionar uma crescente frustração entre eles que são assim, duplamente descriminados, seja como desempregado, seja como portador de uma deficiência física, que faz da pessoa mutilada uma pessoa "diferente".

3.1.3.6 Culpa

Há forte tendência, dos empregadores e de outros segmentos da sociedade envolvidos com a problemática do acidente de trabalho, em atribuir a responsabilidade do acidente ao empregado, através do chamado "ato inseguro" ou "fator pessoal". Explicam a ocorrência destes eventos, através de características negativas de alguns trabalhadores, descritos como "predispostos a acidentes", propícios a ocasionarem o ato inseguro, condições de riscos ou permitam que eles continuem existindo.

A partir dessa óptica, em que as acusações dos acidentes recaem nas falhas humanas individuais, um número relevante de nossos entrevistados acredita na inevitabilidade do infortúnio, com uma visão de fatalidade, culpa e/ou destino.

> *"Foi descuido meu. O guincho (elevador) subiu até o 16º andar. Eu havia ficado no 14º e ia subir na balança, quando o guincho desceu, bateu na minha cabeça e levantou o couro cabeludo. Se eu não tivesse ido subir na balança, o guincho não teria batido em mim"* (Antonio).

> *"Aconteceu, coisa do destino, tinha que ser assim não é. Estava trabalhando e num vacilo me acidentei, cortei a falange do dedo indicador direito. Era para ser assim"* (Mario).

As categorias, verbalizadas pelos entrevistados como principais causas da acidentalidade – “descuido”, “facilitação”, “vacilo”, “destino” – revelam e ilustram o que alguns autores definem como “consciência culposa”, a forma como foi Introjetada no trabalhador a idéia de que os acidentes decorrem de atos inseguros e ele é o único responsável.

> *“Estava fazendo manutenção na casa de maquina, que ficava no andar superior da firma; sentei na laje para ajustar uma peça, mas deixei minha perna esquerda, dentro da maquina. Lá embaixo, ligaram a maquina. Perdi minha perna. Não sei se foi intencional, não quero nem pensar nisso, eu é que não deveria ter deixado a perna pendurada dentro. Mas, ainda tive sorte, pois se ainda tivesse dentro da maquina quando foi ligado, não estaria aqui contando a história”* (Paulo).

Autores como Cattanni (1996) e Mezomo (1995), que estudaram o comportamento humano no trabalho, referem que o medo ou a ansiedade provocados pelas condições de trabalho (por lidarem com equipamentos perigosos, ou sob muita pressão), são ocultados da própria consciência do trabalhador pelos mecanismos psicológicos de defesa, nominados de “defesa contra o sofrimento”, para que ele consiga desempenhar as atividades laborais que oferecem riscos.

> *“Tem acidentes que acontecem no trabalho, que a gente sabe que vai acontecer, porque o risco é eminente... Mas você, esta sendo cobrado pela chefia para dar produção. O chão estava molhado, mesmo assim, para não perder tempo fui correndo pegar o material, escorreguei, fraturei duas vértebras da coluna, hoje eu sou limitado para certas atividades”* (Rui).

Os mesmos autores mencionam que outro mecanismo observado na realidade do trabalhador é a “idealização”, que funciona como encobridor, em caso de excessiva cobrança por parte da chefia.

> *“Quanto mais produção eu der para firma, mais ela vai crescer, e aí fica melhor para todos nós”* (Carlos).

A partir desta realidade, os acidentes podem acontecer, pois, para não perder produção, o empregado toma atitudes inseguras, como fazer a manutenção da maquina sem as devidas precauções ou correr em vez de caminhar.

Essa estratégia, defensiva da ideologia produtiva, tende a manter situações onde os riscos são negados.

Na verdade, como ressalta Costa,

> *Ao se analisar o acidente apenas em termos de 'falha humana', desvia-se o foco de estudo e se impede que se apreendam as características do processo de produção em que os operários estão inseridos. Este processo de produção possui o fim ultimo de tentar, ainda, o máximo de mais-valia possível* (Costa, 1981:100).

Nosso pensamento, coaduna-se com o de Costa, uma vez que não podemos chegar à conclusão simplista de atribuir a culpa do acidente ao empregado, pois, no capitalismo, a contradição fundamental acontece entre o caráter social da produção e a forma privada de organização. Portanto, a análise das condições inseguras do acidente de trabalho nos remete, antes de tudo, à compreensão do processo de trabalho, que se sustenta na exploração da força de trabalho, sendo, portanto, nada mais do que um reflexo desta organização, que busca a maximização dos lucros em detrimento do homem, com rebatimento na força de trabalho do acidentado, pois a sua imagem como ser incapaz de produzir faz com que lhe neguem um espaço social.

3.1.3.7 Receptividade da empresa

A colaboração da empresa na reabilitação profissional do reabilitado, concretizado na aceitação de seu retorno ao trabalho, é de uma importância muita grande, pois, sem ela o trabalho fica incompleto. Isso porque a finalidade última da reabilitação é o retorno ao trabalho.

Com o objetivo de sondar a receptividade da empresa, entrevistamos os responsáveis pelos setores de recursos humanos de dez empresas para as quais alguns dos reabilitados entrevistados foram encaminhados após conclusão do Programa.

Com a finalidade de averiguar a disponibilidade da empresa para com o Programa, formulamos a seguinte pergunta: a empresa está aberta para receber o reabilitado? Constatamos, então, que 34,67% das empresas estão dispostas a receber somente os seus empregados (se for um bom empregado); 53,34%

disseram que poderiam receber reabilitados de uma maneira geral se forem devidamente capacitados profissionalmente; 5,44% aceitam, dependendo do desempenho e 6,55% não aceitam. Como justificativa, um empregador que não aceita receber o reabilitado falou: “o acidentado só quer saber de direitos e não de deveres...” Outros empregadores referem preferir preencher as vagas com deficientes habilitados, por ser uma exigência legal.

Como a fiscalização não realiza prontamente seus serviços, essas leis não são cumpridas. Ademais, o valor da multa é considerado irrisória para muitos empregadores, que preferem pagá-la quando autuados e assim vão deixando para trás os direitos dessa parcela da população.

Com o quadro social brasileiro atual, vivendo tempos de incerteza, com modificações aceleradas, faz-se mister exigir o cumprimento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho e ao emprego.

Verificamos não existir uma relevante receptividade por parte do empregador em receber os reabilitados. A que fatores devemos atribuir o desinteresse, e em que medida a aceitação de reabilitados tem levado a empresa a uma experiência negativa?

As empresas que impuseram restrições na recepção dos reabilitados apresentam como justificativa a falta de produtividade, associada ao ritmo lento de trabalho, à falta de motivação e interesse pelo trabalho.

Inquiridos sobre a visão que as empresas têm sobre o Programa de Reabilitação (objetivos e atuação), houve uma diversidade de respostas entre positivas e negativas. Dos entrevistados, 73,33% ressaltaram o valor do Programa e a sua relevante importância:

> *“É importante porque reintegra no trabalho, pessoas que tiveram sua capacidade de trabalho reduzida...”*
>
> *“Favorece uma chance ao empregado , valorizando e promovendo sua reintegração na sociedade.”*

> *"Porque reintegram no trabalho pessoas que tiveram sua capacidade de trabalho reduzida."*
>
> *"Favorece uma chance ao empregado valorizando e promovendo sua reintegração à sociedade."*
>
> *"O programa é importante porque faz a mediação entre a empresa e a mão de obra acidentada, facilitando para o empregador a definição da função, por ocasião do retorno e reabilitado para o trabalho."*

Em menor número existem as respostas que apontam pontos negativos do programa e que questionam sua validade. Temos como exemplo os seguintes argumentos:

> *"Considero a filosofia muito boa, mas o acidentado geralmente não tem interesse em voltar ao trabalho".*
>
> *"As vezes é beneficio para o reabilitado, pois recupera profissionalmente, 'as vezes não pois demora mais que o tempo necessário." É um meio bom que o INSS utiliza para os acidentados e para colocar os acidentados e para colocar os "encostados" por preguiça novamente no trabalho".*

Essas questões traduzem a avaliação do Programa centrada no reabilitado e não em sua missão. As respostas que põem em questão o programa são as seguintes:

> *"É um programa com objetivo de colocar a responsabilidade do INSS, na empresa. O programa não capacita devidamente o reabilitado para retornar ao trabalho e exige que a empresa assuma o ônus."*
>
> *"O programa já foi muito bom, hoje estão 'alinhavando' o que chamam de reabilitação profissional, que na realidade não vem cumprindo o seu papel..."*
>
> *"Antes das mudanças,as assistentes sociais se empenhavam em conduzir com habilidade o programa . Discutiam com a empresa e juntos definiam a função mais compatível para o retorno do reabilitado ao trabalho. Hoje, muitas vezes o contato é feito por telefone, demonstrando o não comprometimento de alguns que fazem a reabilitação com o programa, e o único prejudicado é o próprio reabilitado."*

Inquiridos sobre a participação que a empresa [1] deve ter no Programa, os entrevistados, contrapondo-se às restrições citadas, foram unânimes em afirmar que as empresas devem colaborar com esse programa, facilitado ao trabalhador acidentado, sua reintegração no trabalho.

Os dados levantados demonstram de certa forma que a dinâmica URRP/Empresa apresenta alguns pontos de estrangulamento que se manifestam na restrição dos empresários à aceitação dos reabilitados.

As empresas referem-se à falta de motivação, de interesse pelo trabalho manifestado pelo reabilitado. Apesar de serem esses os motivos mais freqüentemente repetidos, existem outras razões que deixam escapar em suas declarações, que se somam a esses e lhe dão forma. Umas delas é o preconceito e as restrições que fazem ao indivíduo com limitação física; outra é o paradigma produtivo da empresa no sistema capitalista, voltado para a maximização dos lucros, pois, na sua racionalidade, não admite perdas ou investimentos de resultados incertos.

O discurso empresarial enfatiza a socialização da produção e intensificação do ritmo de trabalho, agentes da própria acumulação do capital, fazendo crescer enormemente a produtividade do trabalho humano (TEIXEIRA, 1996:166)

Desta forma, consideramos que a alternativa para a restrição da empresa aos reabilitados é o Programa propiciar qualificação profissional, em cursos que dotem os reabilitados de conhecimentos específicos, especializados, que garantam o bom desempenho para o exercício competente da “nova” atividade.

Vale ressaltar que executar uma tarefa que não se domina pode ser fonte de ansiedade e sofrimento, com repercussões negativas sobre a saúde do trabalhador, sob vários aspectos: como o aumento da carga de trabalho, a responsabilidade pela ausência de conhecimentos específicos da função, resultando baixa produtividade , vista pela empresa como falta de condições para exercer atividade.

[1] Por uma questão de ética, preservamos os nomes das empresas

3.1.3.8 Estratégias de sobrevivência

A referência ao trabalho, como forma de esgarçamemto na sociedade, é sempre exaltada na sua forma tradicional, ou seja, como contrato formal de trabalho. Na falta deste, os reabilitados buscam outras formas de acesso à renda para a manutenção da família no mercado informal como estratégias ocupacionais de sobrevivência.

O desemprego do chefe da família impele os outros membros da família a buscarem trabalho, como a esposa e os filhos. A economia familiar não mais é centralizada no salário do marido, e sim nos membros que conseguem trabalho, ou "bico".

> *"Minha mulher é quem está trazendo dinheiro para casa, lavando roupa, fazendo faxina e os meninos vendem amendoim"* (Damião).
>
> *"Voltei ao trabalho após um ano fui demitido...hoje fico por aqui pintando uma parede, remendando outra, concertando uma goteira, e, se , não tiver nada para fazer o jeito é se conformar"* (Ari).
>
> *"Eu preciso trabalhar, mas se for para ganhar menos que um salário e meio eu prefiro ficar em casa. Trabalho com couro, os filhos já me ajudam..."* (Luis).
>
> *"Eu prefiro ficar fazendo as coisa em casa e mandar a mulher e os filhos ir para a CEASA apanhar frutas e verduras e como conheço muita gente por lá eu tenho vergonha de ir"* (Roberto).
>
> *"Hoje minha esposa está trabalhando como domestica, coisa que nunca fez; eu faço bico, vendo jogo de bicho, e pego qualquer serviço que dar par eu fazer. Aos sábados e domingos, minha mulher vende coco na praia e eu e os meninos apanhamos latinhas para vender. È Triste, pois tinha a minha profissão de marceneiro, e hoje o auxilio acidente não dar para viver e emprego não tem nem para os bons que dirá para aleijado"* (André).

Uma prática muito comum revelada pelos entrevistados é, na impossibilidade de algum "bico", a de se desfazer do que têm, como eletrodoméstico e ate mesmo animais de estimação.

> *"Na hora que falta a alimentação, o jeito é vender o que tem de melhor. Eu criava passarinho vendi, tinha umas roupas boas vendi. O liquidificador também vendi..."* (Joaquim).

Um dos entrevistados levantou uma questão de forma jocosa, mas que é bastante séria no estudo dos que vivem o momento da crise por não haver trabalho: "tem gente que se desfaz de tudo e, na confusão, termina se desfazendo da mulher". Não é que haja uma ação a vista e premeditada de separar-se da esposa, mas a instabilidade econômica leva-os a perder os bens adquiridos no casamento; é como se a própria relação fosse se esvaindo.

Diante de tantos revezes, concluímos, a partir dos relatos das entrevistas que, para serem (re)inseridos no mercado de trabalho , além de enfrentarem inúmeras exigências que os deixam em desvantagens em relação aos demais trabalhadores, enfrentam também o desconhecimento do seu potencial de trabalho. Todas essas dificuldades repercutem na vida dos reabilitados, pois é, muito difícil viver o desemprego, os preconceitos, o malabarismo da sobrevivência numa sociedade excludente.

Assim, o trabalho significa para a maioria de nossos entrevistados a única forma de sobrevivência e que independe de estar relacionado a satisfação ou insatisfação. Como escreve Cattani (1996), na sua potencialidade, o trabalho é considerado o lugar privilegiado nas referências sociais, podendo ser associado à segurança econômica, à realização pessoal, fonte de poder, reconhecimento etc.

A perda de uma relação estável com o emprego e o débil poder de negociação de muitos trabalhadores levam a uma incidência maior de tensões importantes na vida de seus familiares. Muitas destas crises estão relacionadas e conduzem a uma espiral descendente de exclusão social, em direção aos buracos negros do capitalismo (DUPAS ,2000:186).

Portanto, o trabalho está enraizado na identidade do indivíduo, independentemente das limitações físicas e/ou psíquicas, visíveis ou ocultas, é patente que nossos entrevistados preferem permanecer no trabalho. mesmo submetidos aos riscos, do que viver o desalento do desemprego.

3.1.3.9 Perspectivas de futuro

O discurso dos entrevistados em relação as propostas parra sua vida futura, mostrou-se confuso e contraditório. Ao mesmo tempo em que eles se sentem frustrados e responsabilizam a si próprios pelos seus destinos, não tendo uma visão de amplo alcance histórico, eles ainda nutrem um "resto de esperança" em um futuro melhor, seja através dos filhos, seja através dos "sonhos" .

Contudo, tal sentimento não traduz a realidade de suas vidas cotidianas, haja vista que eles passam a viver sob o signo da incerteza. No lugar da inserção formal no mercado de trabalho, com as devidas proteções das leis trabalhistas vigentes, os reabilitados se deparam com a precarização do trabalho.

Na verdade, pode-se inferir que os reabilitados, ao não conseguirem se inserir no mercado formal de trabalho, passam a aceitar as regras dos patrões, ou seja, *"se sujeitam a contrair contratos parciais, tarefas temporárias, de curta duração, marcada pela incerteza do amanhã"* (CASTEL, 1998:528).

Por integração precária compreendemos aqui *"trabalho sem estabilidade e proteção social(benefícios, auxílios, pensões, aposentadorias, seguros, férias, salários suplementares), garantidos por lei"* (PEREIRA, 1997:47).

> *"Se não fosse o auxiliou do INPS, estaria passando necessidade hoje; os bicos que eu arranjo só dá mesmo para comprar a 'mistura'"* (Severino).
>
> *"O auxilio é pouco, mas pior sem ele, pois dá para pagar a luz e comprar a 'mistura'"* (Marcio).
>
> *"Só temos alguma coisa em casa no dia que recebo o auxilio, depois é batalhar para conseguir o que comer"* (Luis).

A preocupação com a aposentadoria é um dado permanente no discurso dos entrevistados. Verificou-se que a interrupção da atividade laboral implicou a perda da qualidade de segurado, não lhe garantindo mais uma aposentadoria.

Constata-se nos depoimentos colhidos que os reabilitados gostariam de continuar contribuindo com o sistema da previdência social. Não obstante, os seus

rendimentos impedem a continuidade do vinculo securitário.

Eis alguns depoimentos:

> *“Depois que saí da firma nunca mais paguei o INSS. Fico muito triste, preocupado com o meu futuro, pois acho que não vou ter o ‘aposento’”* (Ribamar).
>
> *“Sem pagar o INSS, não vou ter direito a me aposentar e meus filhos vão ficar sem nada, tanto que trabalhei...”* (Joaquim).

Em síntese, pode-se concluir que os entrevistados, apesar da situação em que se encontram, de precarização e empobrecimento, ainda alimentam sonhos de se enquadrar nos moldes convencionais do mercado estável de trabalho, tendo, assim, todas as proteções trabalhistas e sociais asseguradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O normal e o estigmatizado não são pessoas, são pontos de vista".

Erving Goffman

O mundo do trabalho na sociedade hodierna, vem passado por transformações que caracteriza-se como uma nova ofensiva fetichizada do capital, que tem como tendência marcante a resistência do "trabalho vivo" expressa na desqualificação da forca de trabalho na indiferença decorrente da divisão técnica do trabalho e do desemprego crescente.

Diante desse novo cenário, o desemprego estrutural vem assumindo proporções alarmantes, transcendendo o contexto histórico pensado pensado por Marx.

Nesse contexto, tentamos investigar como se dá a reinserção do acidentado de trabalho no conjunto das mudanças que contribuem para o aumento da exploração da força de trabalho e para a precarização do emprego.

Mas, não foi tarefa fácil, pois envolve questões ambíguas e contraditórias. Por isso ao longo do nosso estudo tentamos ultrapassar o nível empírico da aparência e nos aproximarmos da essência deste fenômeno, de modo que o real fosse desvelado.

Assim a pesquisadora não enveredou pelo caminho das respostas prontas e acabadas, para as questões que compõem o objeto analisado. Como bem afirma Marx (1980), ninguém consegue apreender a realidade em suas múltiplas e infinitas determinações.

Nessa perspectiva contextualizamos o acidente de trabalho levando em consideração tanto os aspectos objetivos como também os subjetivos da realidade ora estudada. Isto nos levou a buscar o entendimento do trabalhador acidentado na

teia das relações sociais.

A pesquisa em apreço, do presente estudo, nos ofereceu subsídios para compreensão e formulação dos resultados que se seguem:

A primeira conclusão diz respeito as conseqüências do acidente. Na verdade, quem mais sofre é o acidentado e sua família. Na perspectiva do acidentado constatamos que o mesmo se sente desvalorizado pelo fato de não poder trabalhar e ser obrigado a ficar “encostado”.As esposas por sua vez sentem-se descriminadas no seu circulo de amizade haja visto, comentários “maldosos” de que seu marido agora acidentado, é “imprestável”.

Identificamos que dos 16 entrevistados apenas 2 encontrava se vinculado ao mercado formal. Apontamos como determinante básico da repulsão, a especialização cada vez maior do processo produtivo, com uma tendência progressiva a absorção cada vez menor de mão de obra.

Observamos, que mesmo intermediado pelo programa de reabilitação, a reinserção dos reabilitados não foi concretizada. Assim sendo, por não terem outra aopção, exercem atividades precárias, “bicos como garantia de sobrevivência. Porem, esse trabalhos de pequena monta não são freqüentes e , portanto, nem sempre é possível contar com ele.

Além dessa estratégia, verificamos a degradação econômica do reabilitado que sobrevive com o auxilio acidente, correspondente a 50% do salário que recebia antes do acidente, como importante e as vezes a única fonte de renda do sustento da família. Tal fato traz a tona sentimentos de angustia e desespero para esses trabalhadores/acidentados em face da pauperização de sua condição de vida.

Por estarem enquadrados no desemprego prolongado. Ou seja, há mais de um ano sem emprego, torna-se mais difícil a reinserção no mercado de trabalho. Somado ao agravante da limitação física sobrecarregada de estigma, que é também um outro fator componente de exclusão.

Assim, a reinserção do acidentado no mercado de trabalho não poderá

se resolver a curto prazo, pois faz parte de um contexto amplo da cadeia do sistema produtivo, vinculado ao desemprego estrutural que hoje assume proporções alarmantes, que distanciam-se do contexto histórico pensado por Marx.

Em relação às empresas as quais foram pesquisadas, em geral não mantêm o vinculo e nem contratam de forma proporcional ao numero de seus empregados, os deficientes. Não há interesse nas empresas em admitir mão de obra com a limitação funcional, uma vez que existe uma oferta excedente com total capacidade de trabalho em busca de empregos.

Em suma, as metas de reinserção do acidentado no mercado de trabalho não são alcançadas, de forma pratica, caindo no jogo do “faz de conta”. O programa de reabilitação “faz de conta”, que “capacita” o acidentado “faz de conta”, que se capacitou adequadamente, ao passo que o mercado de trabalho, cada vez mais com menor oferta de trabalho, “faz de conta” que o reabilitado não existe.

É certo, que o Programa de Reabilitação Profissional é uma pseudo-solução para o enfrentamento da empregabilidade do acidentado, é inescondível sua atuação na luta que trava a mais de 30 anos devolvendo à vida útil o portador de incapacidade física.

Consideramos a importância do desenvolvimento de suas ações, em que pese, muitas vezes, a não concretização de seus objetivos é o único espaço , consubstanciado pelo Estado, para resgatar esta imensa divida social com o acidentado. Propiciando-lhes a reconstrução da identidade de trabalhador, enquanto cidadão, para quem o trabalho é considerado elemento fundante, de suma importância.

Na verdade, vivemos nos tempos de vulnerabilidade, de desestabilização dos estáveis, como explicitar Castel (1999), nesse contexto o trabalhador está com medo, medo de perder o emprego, medo de não ser empregável.

Portanto, concluímos. reinserção do acidentado no mercado de trabalho, representa um referencial importante de vida, emancipação e integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **A mobilização do capital social no Brasil**: o caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Editora Annablume, 1999.

ALBANOZ, S. **O que é trabalho?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AMADEO, Edward; CAMARGO, José Márcio (Org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. Ensino sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARENDET, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993

ASSIS, Oliny A.; PUSSOH, Lafaiete. **Pessoa deficiente**: direitos e garantias. São Paulo: Edirpro, 1992.

BANCO MUNDIAL. O trabalhador e o processo de integração mundial. In **Indicadores do desenvolvimento mundial** - Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1995. Washington: Banco Mundial, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa (Portugal): Editora Edições 70, 1997.

BERLINGUER, Giovanni. **A saúde nas fábricas**. São Paulo: CEBES-Hucitec, 1983.

BINDER, M. C. P.; ALMEIDA, I. M. de; MONTEAU, M. **Arvore de causas**: método de investigação de acidentes de trabalho. São Paulo: Publisher, 1996.

BOTTOMORE, Tom et al. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1988.

BRAVERMAN, Harvy. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zabar, 1981.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução das prioridades**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos (INESE), 1993.

BUSCHINELLI, J. T. P., ROCHA, L. E., RIGOTTO, R. M. (Orgs). **Isto é trabalho de gente?:** vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993

CAMARGO, J. M. **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARDOSO, F. G. A reestruturação dos processos de trabalho e a ação das classes e do Estado no capitalismo. In: **Revista de política pública**, v. 5, n.1/2, EDUFMA, 1955.

CARLEIAL, M. F; VALE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência**: a previdência e o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, A M. de. Aspectos sociológicos do acidente de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 13, 1985.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

CATTANI, A. D. **Trabalho & autonomia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996

CBCISS. **A previdência social brasileira**, Rio de Janeiro, nº 163, 1979.

_____ **Reabilitação**, Rio de Janeiro, nº 04, 1979

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C; HITOMI, A. H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**. Uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

CODO, Wanderley. Qualidade, participação e saúde mental: muitos impasses e algumas saída para o trabalhador no final do século. In VASCONCELOS, João; DAVEL, Eduardo (orgs). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996

COHN, A.; MARSIGLA, R. G. Processo e organização do trabalho. In ROCHA: L. E,; RIGOTO, R. M; BUSCHINELLI, J. T. P (Orgs.). **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

_____. **Previdência social e processo político no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1981.

CORIAT, B. **Passar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: TEVAN/UFRJ, 1994.

COSTA, Anita Aline. Apontamentos de sala de aula, 2001.

COSTA, N do R. Acidente de trabalho. In: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Saúde e trabalho no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

COSTA, Regina M. **As vítimas do capital**. Os acidentados do trabalho. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

DELA COLETA, J. A. **Acidentes de trabalho**: fator humano, contribuições de psicologia do trabalho. Atividades de prevenção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

DEL PINO, Mauro. Política educacional e emprego e exclusão social. In GENTILLE, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada.** Política de exclusão na educação e no trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego e Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DWYER, T. Uma concepção sociológica dos acidentes de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 22, n.81, 1994.

DOWEL, Eduardo e Vasconcelos (Orgs.) **Recursos humanos e subjetividade.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

FALEIROS, Vicente De Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **O trabalho e a política**: saúde e segurança dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, R. (Org.). **O trabalho no humor do século XXI**. São Paulo: LTR, 1995.

GIDDENS, S. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

HARWEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

LAURREL, S. C., NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1988

LEITE, Marica de Paula. Reestruturação produtiva**.** Novas tecnologias e gestão da mão-de-obra. In: **O mundo do trabalho. São Paulo:** Editora Soritta, 1994.

MACHADO, J. M. H.; GÓMEZ, C. A. Acidente de trabalho: concepções e dados. In:

MALLOY, J. Previdência social e classe operária no Brasil: uma nota de pesquisa. In: **Estudos CEBRAP**, n. 15, São Paulo, 1976.

MARTINELLI, Márcia Maria. **Serviço social**: identidade e alienação São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, Jose de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997

MARX,Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Livro I).

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi: **Economia & trabalho** (Textos básicos). Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

MATOS, Francisco J. I; ALCÂNTARA, Sérgio V.S.; DUMMAR, Vânia C. **Cenários da política contemporânea**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

MATOSSO, Jorge Eduardo L. et al. **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Editora Pagina Aberta, 1999.

MENDES, R. **Maquinas e acidente de trabalho**. Brasília: TEM/SIT; MPAS, 2001 (Coleção Previdência Social, v. 13).

MEZAMO, João C. **Gestão de qualidade na saúde**. Princípios básicos. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

MICHEL, Oswaldo. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: Editora LTR, 2000

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1966.

_____. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde . São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992

_____ (Org.). **Os muitos brasis** – Saúde e população na década de 80. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 19--.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social** – um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995

_____, (org) **A nova fabrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2000

NOLASCO, Sócrates A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, P. A. Potyara. A metamorfose na questão social e reestruturação das políticas sociais. In **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília: Ned/Cead – Universidade de Brasília, 1993 (Módulo 01).

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. **Emprego e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001

POSSAS, Cristina. Saúde e trabalho. **A crise da previdência social.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & saúde**. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

SALM, C. Evolução do mercado de trabalho – 1969/1972. **Estudos CEBRAP**, n. 8, São Paulo, 1994.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. Crises e políticas de ajustes nos países avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de et al. **Economia & trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP, 1988.

SELHGMAN, Silva E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Cortez, 1994.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência social**: um direito conquistado. Brasília SINTSPREV. Ma., 1995

SINGER, Paul. **Globalização, desemprego, diagnóstico e alternativas**, 4. ed. São Paulo: Contexto/Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais**. Uma questão de análise social. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

TEIXEIRA, Francisco Jose S. et al, **Globalização e mercado de trabalho no Estado do Ceara**: transformação da organização da produção das relações de trabalho e do padrão demográfico no Estado do Ceara. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva.** As novas determinações dó trabalho. São Paulo: Cortez, 1996

Documentos – fontes de pesquisa

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Estudo lotação ideal do Instituto Nacional de Seguro Social**. Brasília, 1993.

_____._____. **Carta do MPS**. Brasília, v. 3, n. 11, nov. 1994.

_____._____. **Evolução histórica da previdência social**. Brasília, 1994.

_____. _____.**Carta do MPAS**. Brasília, 1995.

_____. Ministério da Saúde. **Caderno de saúde do trabalhador**: Legislação. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____._____, Conselho Nacional de Saúde. **II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador**: construindo uma política de saúde do trabalhador – Relatório final. Brasília: DISAT, 1994.

REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Decreto n. 2.172, de 05 de março de 1997

REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999 (Texto alterado pelo Decreto n. 3.265, de 29 de junho de 1999 e n. 3.452,de 09 de maio de 2.000).